



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013

----- No dia vinte e nove do mês de novembro do ano de dois mil e treze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente Jorge Magalhães e secretariada por Maria Lurdes de Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- 1- Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----

----- 2 - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei;-----

----- 3 - Fixação das taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

----- 4 - Fixação da taxa de participação variável no IRS do Município de Lousada;-----

----- 5 - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2014; 6 - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014;-----

----- 7 - Concurso público internacional para o fornecimento de energia, retirado da ordem do dia;-----

----- 8 - Autorização para a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao valor de 997.595.79€;-----

----- 9 - Autorização para atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau para o ano de 2014;-----

----- 10 - Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas E.M. - Aprovação da designação do fiscal único e respetiva remuneração;-----

----- 11 - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para:-----

----- a) Conselho Municipal de Educação; -----

----- b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios;-----

----- c) Conselho Cinegético Municipal;-----

----- d) Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

----- e) Assembleia Distrital do Porto;-----

----- f) Representante no Conselho de Comunidade do ACES Tâmega III;--

----- g) Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens, Lei nº 147/99 de 01/09. -----

----- Intervenção do Sr. presidente da Assembleia: «Muito brevemente e só para lhes deixar aqui uma nota. Saúdo todos os eleitos e espero, conforme juramento que fizeram, que tenham de facto um mandato adequado às expetativas do nosso município.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Joaquim Almeida Santos, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro em substituição de Diana Júlia Regadas, António Filipe Cardoso Barbosa, Sandra Maria Ferreira Teixeira em substituição de José Bernardino Pinto Nogueira, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Dora Manuela Moreira da Rocha Santos em representação de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, António Maximiano Nunes Dias Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e seis membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por recordar que o ponto sete da ordem do dia tinha sido retirado e que dada a urgência do assunto, a Câmara Municipal solicitava que se incluísse na ordem do dia uma alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobranças de Taxas e Outras Receitas Municipais, como novo ponto sete. Assim e conforme estabelece o n.º 2 do art.º 50º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o senhor presidente da mesa solicitou que esta Assembleia reconheça a urgência do assunto e incluísse na ordem do dia o ponto sete, com a seguinte designação: Regulamento de Liquidação e Cobranças de Taxas e Outras Receitas Municipais – alteração do quadro 22. A inclusão deste ponto foi autorizada por unanimidade de trinta e seis votos. -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «É um ponto de ordem à Mesa. Como sabem na primeira Assembleia de constituição dos órgãos nós apresentamos um protesto, está na ata, pedíamos a revalidação jurídica da decisão, da eleição do primeiro e segundo secretário sobe pena de haver, eu não sou jurista mas de nos ser concedida razão, esta Assembleia pode ser declarada de nulidade por eleição da Mesa nula. Por isso eu gostava de saber se foi feita a revalidação jurídica como pedimos ou como é que vai ser a situação.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Mesa: «Sobre esta matéria eu mantenho aquilo que disse na altura, a minha convicção clara, enquanto presidente, e a minha decisão foi no sentido de que a eleição está adequada. Aliás, já tive a oportunidade de abordar isso com vários juristas que me dão nota da cordialidade da decisão. Portanto a questão de fundo que aqui se mantém é, se eventualmente isto não estiver conforme, como eu disse e referi de uma forma clara os senhores terão que impugnar da forma que entenderem por conveniente.-----

----- Informou que de acordo com o art.º 46º F da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro foi comunicado a constituição de grupos municipais: um do partido socialista, outro da coligação “Lousada viva” e um independente. E que a Mesa, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea a) do n.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

1 do art.º 29º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro propõe que o grupo de trabalho para elaboração do Regimento seja constituído pelo senhor presidente da Assembleia, pelo senhor Joaquim Santos representante do grupo municipal do Partido Socialista, pelo senhor António Filipe Barbosa representante do grupo municipal da coligação “Lousada Viva” e pelo senhor António Fernando Silva membro independente.-----

----- Informou ainda que o senhor José Augusto Campos de Barros, ao ser chamado para substituir um membro, apresentou a sua comunicação de renúncia ao mandato, Sandra Maria Ferreira Teixeira, substitui o membro José Bernardino Pinto Nogueira, que comunicou uma ausência por trinta dias, que Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, substitui o membro Diana Júlia Regadas Soares, que comunicou uma ausência por trinta dias, que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto, substitui o membro António Carlos Cunha Pacheco que comunicou uma ausência por trinta dias, que Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira, substitui o membro José Manuel Teixeira Gonçalves, que comunicou uma ausência por trinta dias e que Dora Manuela Moreira da Rocha Santos se encontra em representação do presidente das Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem. E por fim lembrou que no final da sessão se realiza a eleição para Assembleia Intermunicipal da Comunidade do Tâmega e Sousa, só com membros eleitos diretamente. -

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo presidente da Mesa e restantes membros, excelentíssimo presidente da Câmara, excelentíssimos vereadores e vereadoras, caros membros da Assembleia. É uma pergunta muito simples que eu gostava de fazer ao senhor presidente da Câmara ou ao senhor vereador responsável pela educação, e que diz respeito, aos critérios que presidiram à nomeação dos representantes do município para os conselhos gerais dos agrupamentos de escolas. Eu gostava que esclarecessem, com rigor, que critérios é que presidiram a essas nomeações, sabendo que coincidentemente não houve um único presidente de Junta nomeado por parte da coligação. Embora em pelo menos dois agrupamentos a maioria da área de influência do mesmo agrupamento esteja sobre a responsabilidade de presidentes de Junta da Coligação “Lousada Viva”.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Acho que este assunto aqui levantado pelo senhor Filipe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Barbosa está fora do contexto no período de antes da ordem do dia, e porquê? Porque o senhor vereador da educação não pode responder. O senhor vereador da educação só pode responder no ponto primeiro, interpelação ao senhor presidente da Câmara e outros assuntos. Isto não é um assunto do período de antes da ordem do dia.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Magalhães, excelentíssimos restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, senhores deputados, público e comunicação social. Cabe-nos a nós e pegando um pouco nas palavras iniciais do Dr. Jorge Magalhães desejar a todos vocês por parte do grupo municipal do partido socialista um ótimo mandato. E neste caso uma palavra de apreço ao Dr. Jorge Magalhães por ter sido o escolhido para liderar os destinos desta Assembleia, cumprindo essencialmente a vontade do povo lousadense há dois meses atrás.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu respeito a interpretação do senhor Santos, embora não concorde em absoluto com ela. E por isso o senhor presidente de Câmara terá a oportunidade de passar a palavra, se assim desejar para que possa responder.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente, senhores secretários, senhor presidente da Câmara, restantes vereadores e senhoras vereadoras, caros colegas desta Assembleia, público e comunicação social. Em primeiro lugar, nesta Assembleia, gostaria de endereçar os meus cumprimentos ao senhor presidente da Assembleia, Dr. Jorge Magalhães, desejando-lhe em meu nome pessoal e em nome desta Junta de Freguesia um sucesso no desempenho do cargo que ocupa e que nessa qualidade possa contribuir para que esta “casa” seja a “casa” da democracia neste concelho de Lousada. Terminei a legislatura anterior deixando no ar a esperança de que esta Assembleia possa ocupar um lugar de destaque na reflexão de temas, das opções e dos desígnios fundamentais para este concelho de Lousada. Espero pois que este desígnio se possa cumprir e que impere o debate democrático e cívico, o confronto de ideias na procura de soluções, de consensos em favor das populações que nos elegeram e esperam de todos nós uma postura séria e responsável. Dirijo-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

me também ao senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. Pedro Machado, para o felicitar pela eleição para o cargo que agora desempenha. Quero também manifestar os meus votos e estendê-los também aos senhores e senhoras vereadoras do PSD e do PS. Faço votos para que o trabalho que venham a realizar, enquanto vereadores e enquanto presidente da Câmara, possa ser orientado pelo superior interesse dos concidadãos lousadenses do desenvolvimento integral do concelho e da afirmação da nossa terra no contexto regional e nacional. Estendo os mesmos votos de sucesso a toda esta Assembleia, pois acredito que só uma Assembleia forte, participativa e com uma postura séria nos interesses dos lousadenses, pode contribuir para que os cidadãos confiem mais nos políticos que elegeram. Quero afirmar desde já que pode contar comigo para o debate, para reflexão, o aprofundamento de todas as temáticas que contribuam para engrandecer esta “casa” como um referencial democrático em que vivemos. Enquanto presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, eleito pela coligação “Lousada Viva” PPD-PSD.CDS-PP, estou aqui, em primeiro lugar, em representação e em defesa de toda a população e do território desta união de freguesias e não apenas daqueles que me elegeram. Serei intransigente na valorização e dignificação do cargo que represento. Fá-lo-ei no quadro de referência legal que tem vindo a dar cada vez mais autonomia e competências próprias ou delegadas às freguesias. As freguesias não podem ser o parente pobre do poder local, a quem tudo é pedido e nada é dado, estou pois disponível para ser parceiro e enquanto tal interveniente ativo nos processos de decisão que impliquem direta ou indiretamente esta união de freguesias. No último congresso da Associação Nacional de Municípios, o seu novo presidente, Manuel Machado, dirigindo-se ao ministro Poiares Maduro afirmou: “ Os municípios não aceitarão voltar a ser desconsiderados nos processos decisórios em que são parceiros. Os municípios rejeitarão todos os processos em que não sejam vistos nem tratados como agentes fundamentais do desenvolvimento e da afirmação dos territórios e das comunidades.... Os municípios querem manifestar a sua disponibilidade para cooperar com o Estado para vencer a crise mas essa cooperação tem que ter como base o respeito mútuo e a consideração pelos autarcas”. Pretender governar através da desconsideração, da menorização do desrespeito pela autonomia autarca democrata, é no entender de Manuel Machado, não perceber de todo o que irá determinar o mundo e Portugal muito em particular nas próximas décadas. Para Manuel Machado, esta atitude não é só inadmissível por evidenciar que no interior do governo de Portugal habita o “vírus antidemocrático”, como é inadmissível porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mostra que o governo não está assim a perceber o mundo em que vive. Agora meus amigos, eu posso afirmar muito claramente que subscrevo integralmente estas palavras do novo presidente da Associação Nacional de Municípios. Mas agora, com as devidas vénias ao seu autor e com o devido respeito a quem as escreveu e quem as disse, dirijo-me aqui ao presidente da Câmara Municipal de Lousada, Dr. Pedro Machado, repetindo algumas com as devidas adaptações: “ As freguesias não aceitarão voltar a ser desconsideradas nos processos decisórios em que são parceiras. As freguesias rejeitarão todos os processos em que não sejam vistas nem tratadas como agentes fundamentais do desenvolvimento e da afirmação dos territórios e das comunidades. Por isso, não é só inadmissível por evidenciar que no interior da Câmara Municipal de Lousada habita o “vírus antidemocrático” como é inadmissível porque mostra que a Câmara não está assim a perceber o mundo em que vive. Pois bem, ao ler o programa eleitoral do partido socialista, com que o senhor presidente da Câmara municipal se candidatou pelo partido socialista nas últimas eleições, não encontro uma única referencia às Juntas de Freguesia. Existem as mais diversas referências e apoios a parceiros e parcerias, como associações, escolas, etc. Quanto às juntas nem uma única palavra, talvez um esquecimento. Talvez um lapso. Possivelmente. Mas efetivamente a relação entre as Juntas de Freguesia Câmara tem sido um processo recorrente e não será certamente a última vez que o senhor presidente me dirá que lhe compete cumprir o programa eleitoral que apresentou às eleições, não se responsabilizando pelo programa eleitoral que apresentei ou os meus colegas presidentes de Junta apresentaram para as suas freguesias. É um facto, mas e respondendo aqui a algumas vozes dos senhores membros desta Assembleia pelo partido socialista, naquilo que decorre da lei setenta e cinco, dois mil e treze e com base também na lei cento e sessenta e nove as Juntas de Freguesia são parceiras efetivas da Câmara. E portanto é fundamental que a Câmara tenha para com as Juntas de Freguesia uma relação de parceria, de corresponsabilidade em assuntos de partilha de poder. Mas eu tenho esperança que esta atitude que foi muito vivida no passado e que até agora não vislumbrei nenhuma mudança possa vir a acontecer. A minha intenção ao afirmar estes princípios e ao tomar esta posição no início desta legislatura, é no sentido de me mostrar disponível para colaborar, para participar, para estar nos processos de decisão e de partilha do poder, dentro daquilo que eu acho que deve ser a vivência democrática e a afirmação do poder local em Portugal. Sempre o fiz, com o maior respeito por todos os outros interlocutores, é assim também, e as populações que me elegeram esperam ser respeitadas no cargo que eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

represento. E posso até dizer que no quadro da lei, no artigo cento e vinte e um, da lei setenta e cinco dois mil e treze diz que: “ A negociação, celebração, execução e cessação dos contratos obedece aos seguintes princípios: igualdade, não discriminação, estabilidade, prossecução do interesse público, continuidade da prestação do serviço público necessidade e insuficiência dos recursos. E ainda no artigo quarto da mesma lei diz que um dos princípios fundamentais, é subsidiariedade, é importante perceber o fundamental significado deste conceito, impregnado inclusivamente no tratado de Lisboa. Portanto é este o meu sentido é a minha esperança.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O senhor Fausto, concordo com os princípios que enumerou, esqueceu de um, que é, não usar os órgãos eleitos, as Freguesias por exemplo, como meio de ataque político contra os outros órgãos institucionais também eleitos, como por exemplo a Câmara Municipal. Esse é um dos conceitos que nós também devemos fazer e penso que o senhor também estará disposto em cumprir.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Queria naturalmente também começar por saudar e felicitar todos os eleitos e todos os senhores presidentes de Junta, e manifestar a todos, publicamente, a minha total disponibilidade para trabalhar com todos e ouvir todos os eleitos, porque no fundo temos de ter a noção de que devemos todos honrar o compromisso que afirmamos com a população. Portanto da minha parte podem contar com essa total disponibilidade. Relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa e relativamente aos critérios que presidiram a nomeação dos conselhos gerais. Essa questão já foi abordada numa reunião de Câmara, julgo que na última e já foi devidamente esclarecida. Queria lembrar e esclarecer esta Assembleia que a competência para essa nomeação é minha, não é de mais ninguém. E queria também lembrar que a nomeação desses elementos, não têm de ser presidentes de Junta, assim como não têm de ser vereadores. No caso concreto eu indiquei dois vereadores, o senhor vereador com o pelouro da educação que é o Dr. António Augusto e indiquei a senhora vereadora a Dr.^a Cristina Moreira. E podia por exemplo, ser eu próprio ou outra pessoa qualquer, entendi que deveria ser um presidente de Junta. E portanto, naturalmente que esses critérios a mim me cabem, mas posso partilhar convosco que, procurei pessoas a quem reconheço competência, mas depois há outras características muito importantes como por exemplo, a confiança política, a lealdade. E por isso foi imbuído desse espírito, sendo certo também que alguns deles tinham-me



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

manifestado a vontade de integrar esse órgão, e por isso foi uma escolha balizada nesses princípios e nessas preocupações. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga, naturalmente que também me revejo nas palavras do presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Percebo a sua preocupação e espero sinceramente que essa preocupação de partilha de poder não seja ânsia de poder, mas apenas, a preocupação de servir melhor os seus eleitores, naturalmente que poderá contar com a total colaboração da Câmara para servir melhor as populações das suas freguesias. Mas queria lembrar que acabou o período da campanha eleitoral e portanto de hora a avante o que interessa de facto é nós centrarmo-nos nos problemas, respeitarmo-nos mutuamente e dar sinais mútuos de respeito e consideração. Porque há determinadas atitudes que em nada contribuem para esses efeitos, como por exemplo haver uma Junta de Freguesia que faz uma cerimónia pública, uma inauguração e não convida o presidente de Câmara para estar presente. O respeito mútuo, a consideração deve ser, mútuo. E por isso da minha parte queria deixar aqui essa garantia, da minha parte a campanha eleitoral ficou para trás e portanto vou respeitar a vontade da população e vou trabalhar com todos sem discriminar positiva ou negativamente quem quer que seja.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «O senhor presidente falou em abstrato, se o senhor se sente atingido, vai defender a honra de quê? Vamos ser objetivos. Não está em causa defesa de honra nenhuma, o senhor não foi atingido em circunstância alguma. O senhor presidente da Câmara falou em abstrato, não apontou ninguém. Se o senhor se sentiu atingido provavelmente aqui outras pessoas se sentiram atingidas e não vamos andar aqui a correr toda a gente.» -----

----- De seguida foi apresentada a proposta número oito do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor à equipa sénior masculina de hóquei em campo da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do prémio de equipa do ano atribuído pela Federação Portuguesa de Hoquei na VI Gala de Hóquei” -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Queria fazer um voto de protesto à Mesa. Esta é a nossa primeira Assembleia e começamos com um tom que começa a mostrar que provavelmente este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não será o caminho, esta é a minha opinião e penso que é partilhada pelos membros da coligação “Lousada viva”, que não será o caminho que todos nós pretendemos que siga esta Assembleia ao longo do mandato. A verdade é que o nosso voto de protesto incide pelo facto de claramente, todas as pessoas perceberam que o presidente da Câmara se dirigiu em concreto ao presidente da Junta de Silves, foi a ele que estava a ser atribuída uma resposta. O senhor também tem de cumprir o Regimento. Também é capaz de dizer que não me ofendeu a honra ao dizer que o português para mim também era difícil. Se calhar sou eu que sou um bocadinho analfabeto não consigo perceber o Regimento. Cumprir o Regimento não me cabe a mim só, cabe também a quem preside esta Assembleia. Eu tenho toda a liberdade para fazer um voto de protesto que é o que estou a fazer.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «Senhor deputado o senhor tem de cumprir expressamente o Regimento, o português é uma língua difícil para si é capaz de ser também difícil. Sobre esta matéria intervém naquilo que estamos a discutir. Sobre este ponto o senhor tem toda a liberdade de dizer aquilo que entender. Já fui objetivo na resposta que lhe dei, o senhor tem altura própria para isso, agora estamos a discutir a proposta número oito.» -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número oito foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos.--

----- De seguida foi apresentada a proposta número nove do seguinte teor:
“A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente propõem um voto de louvor a João Santos, atleta de hóquei em campo da Associação Desportiva de Lousada pela conquista do prémio de jogador do ano, atribuído pela Federação Portuguesa de Hóquei na VI Gala de Hóquei”-----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia, a proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e seis votos.

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Interpelação ao Sr. Presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município.-----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

“Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A educação tem sido uma prioridade deste município, pelo menos é isso que nos dizem, ouvimos muitas vezes a retórica da defesa da escola pública. Na verdade a defesa da escola pública passa por muitas coisas e passa, por muitas vezes, por percebermos e interpretarmos os normativos tal e qual como eles devem ser interpretados ou o espírito da lei tal e qual o legislador assim o quis. E é verdade que no decreto-lei setenta e cinco mil e oito quando se criam os conselhos gerais, se diz que: “este é um órgão de direção estratégica, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola e deve assegurar a participação e a representação da comunidade educativa”. E na constituição do órgão diz que efetivamente três elementos são nomeados pelo município e não diz que têm de ser presidentes de Junta, nem atribui mais nenhuns critérios, mas a verdade é que a participação sociocomunitária deste órgão e a representatividade plural do órgão deve ser cumprida. Aquilo que nós ouvimos aqui é que os principais critérios são lealdade e confiança política é bom que não nos esqueçamos de colocar isto no curriculum da próxima vez que tenhamos de fazer um. Lealdade e confiança política são os critérios fundamentais para uma nomeação de um órgão de direção estratégica das escolas, em que a única coisa importante é ser membro ou militante do partido socialista. Tudo o resto, se são representativos, mais ou menos representativos das comunidades em que as escolas se inserem, isso é um mero pormenor. Por isso aquilo que nós percebemos, desde já, é o rumo que as coisas vão levar. É a partidarização completa de um órgão que, quando o decreto-lei foi publicado se emitiram vários pareceres e todos eles apontavam para a possibilidade disto acontecer. E todos eles diziam claramente que se devia evitar a todo o custo que este órgão fosse partidarizado e que nós estamos a assistir aqui hoje é uma clara partidarização do conselho geral. Caso eu tenha interpretado mal, que pelos vistos eu tenho algumas dificuldades com a língua portuguesa, a questão da lealdade e da confiança política apontam para isso, penso eu.» -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, excelentíssimas senhoras vereadoras, excelentíssimos senhores vereadores, caros deputados municipais, estimado público. Analisadas as declarações do senhor presidente de Câmara na imprensa local, onde afirmou que se encontra disponível para trabalhar com a oposição, foi com alguma surpresa que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bancada desta coligação encarou as primeiras decisões políticas deste executivo eleito no passado mês de setembro. Efetivamente esta bancada pretende mostrar o desagrado com a decisão de contemplar a integração de mais um vereador em regime de tempo inteiro. Sendo que os vereadores da coligação efetivaram a sua total disponibilidade de assumir pelouros de forma graciosa, sem qualquer tipo de remuneração, representando assim uma redução significativa dos custos da vereação. E portanto no momento económico que vivemos e do qual esta Câmara Municipal não se pode demitir. Pretendemos com esta declaração ouvir do senhor presidente a justificação para esta decisão, sendo que não vislumbramos validade na justificação dada em reunião de Câmara. No mesmo enquadramento sentimos alguma perplexidade relativamente ao facto das alterações do orçamento e do plano plurianual de investimentos terem sido realizados sem recurso ao contributo não só dos vereadores da coligação bem como dos presidentes de Junta de Freguesia, pelo menos no que respeita aos eleitos pela coligação “Lousada Viva”. Efetivamente depreendemos destas decisões que para um executivo que pretende trabalhar em total abertura com a oposição, como afirmado aliás pelo senhor presidente de Câmara, que pouco irá mudar na linha de pensamento estabelecida há décadas, bem como permanecerá a falta de trabalho cooperativo entre as forças eleitas pelos órgãos camarários e para as Juntas de Freguesia.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «E já que não me foi permitida fazer a defesa da honra aproveito o momento para interpelar o senhor presidente da Câmara e os senhores restantes vereadores, alguns não estão cá porque foram entretanto substituídos no novo mandato, se de facto não receberam um convite para a inauguração da casa mortuária de Silvares, que era a isso que ele se referia. Efetivamente o convite foi enviado, o que aconteceu foi que por lapso, porque eu entreguei isso à funcionária, em vez de ela introduzir as moradas da Câmara Municipal o convite foi enviado para casa pessoalmente, esse foi o lapso. E posso confirmar porque a funcionária ligou para a Câmara Municipal a pedir precisamente as moradas do senhor presidente na altura e dos senhores vereadores. Portanto o convite foi feito efetivamente, não apareceram e acho de muito pouca justeza que venha agora afirmar que eu não fiz convite nenhum, isso é pura mentira. Isso, peço desculpa, eu ia dizer é falta de carácter, estar a fazer uma afirmação destas neste contexto, passado este tempo e nesta circunstância. Quanto àquilo que eu disse aqui no discurso inicial foi que estava disponível para colaborar, para efetivamente entrarmos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

num processo em que as Juntas sejam consideradas e haja uma decisão correta. Eu acho que esse comportamento é que não pode continuar a acontecer da parte do senhor presidente da Câmara porque da minha parte sempre fui correto em relação a isso. Relativamente ao meu discurso, eu limitei-me a fazer citações do senhor presidente da Associação Nacional de Municípios, não disse absolutamente mais nada, que toda a gente concordou. E agora a minha intervenção, neste momento eu venho cá retomar um assunto que me foi muito querido durante o anterior mandato que foi a reforma administrativa e a forma como ela foi conduzida aqui em Lousada. E não podia deixar de começar este processo por fazer duas ou três questões ao senhor presidente da Câmara. De facto a reforma administrativa aconteceu e eu até me posso congratular pelas conversões forçadas de muitos candidatos do Partido Socialista às uniões de freguesia que na altura eram contra mas de facto depois esqueceram-se e foram candidatos. As convicções profundas que tinham contra a reforma administrativa depressa se esvaíram, depressa desapareceram, mas isso faz parte da vida. Concluindo que está este processo gostava de lembrar à Câmara Municipal a dívida que tem para pagar à união de Freguesias Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga num total de quinze mil trezentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos referentes aos quinze por cento a que esta Junta teria direito no próximo ano de dois mil e catorze, se a Câmara em devido tempo tivesse apresentado uma proposta à unidade técnica da reforma administrativa. Efetivamente já estão disponíveis no site da ANAFRE e na internet as transferências para as Juntas de Freguesia para o próximo ano e efetivamente, é bom salientar, que no concelho de Lousada na segunda parcela que correspondia aos quinze por cento tem em todas as Juntas de Freguesia, faço lembrar também aos meus colegas presidentes de Junta que foram alvo de agrupamento/união que tem zero. Mas se forem aqui ao nosso concelho vizinho a Penafiel, se foram aos concelhos que efetivamente apresentaram a proposta, hão de reparar que na segunda coluna tem um valor de quinze por cento ao qual somado ao valor normal a transferir dá uma verba um bocadinho mais choruda, nos tempos que correm, meus amigos, tostões é muito dinheiro. E pergunto por isso ao senhor presidente da Câmara se está satisfeito com os resultados de uma não decisão, sendo que se o tivesse feito, entre outras coisas as freguesias agrupadas em Lousada teriam recebido do FFF um acréscimo global de cerca de sessenta e seis mil e quinhentos euros. Isto é dinheiro, meus amigos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal Partido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Socialista: «Excelentíssimo senhor presidente da Mesa da Assembleia, excelentíssimos membros da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, público e comunicação social. Eu hoje ia falar só bem do Fausto mas eu não posso deixar de responder a isto. O que me parece que esta questão dos sessenta e seis mil euros é uma questão que não compete à Câmara responder. E nessa medida eu faço o *mea culpa* e muitos dos que estão aqui que vieram do mandato anterior terão de fazer esse *mea culpa*, mas eu não me arrependo, essa votação foi também da minha responsabilidade e da responsabilidade de muitos eleitos locais que aqui estavam. Tendo isso sido votado, eu não admito que venha para aqui colocar em questão a votação que foi feita democraticamente, por conta de uma chantagem que foi consagrada legalmente de oferecer um donativo de quinze por cento às freguesias. Portanto esta questão fica desde já arrumada e parece-me que não tem o mínimo de cabimento estar aqui a ser discutida. Relativamente aos critérios que foram aqui apontados pelo colega Filipe Barbosa, cumpre desde logo dizer que já percebemos que queria fazer parte do conselho geral, descanse, os critérios estão definidos legalmente e como o senhor muito bem disse, a lei define esses critérios, se tem problemas com aquilo que a lei estabelece, muito provavelmente terá de recorrer pelas vias normais. Tanto quanto eu saiba, as pessoas que foram indicadas pela Câmara Municipal, nos termos da lei, tem tanta ou mais competência que muitas outras pessoas que poderiam ser propostas. E portanto se quiser trazer critérios válidos muito bem, não me parece que haja aqui nenhum tipo de partidarização. Depois dizer o seguinte, eu gostava que o senhor deputado João Carvalho me dissesse uma, não são duas, uma câmara municipal deste país, onde tendo sido eleitos ou tendo ganho o PSD, a CDU, o PS, com maioria claro, tenha colocado um vereador de outro partido. Como é óbvio eu estou a falar quando há divergências partidárias e não quando há coligações pós eleitorais. Senhor presidente da Câmara depois de uma disputa eleitoral arreigada em Caíde de Rei onde o partido socialista obteve uma vitória que foi explícita na segunda volta das eleições, eis que o escândalo rebenta, Lousada teve conhecimento esta semana que afinal uma das suas maiores freguesias tem dívidas a rondar os oitenta a cem mil euros, vinte mil contos. Dívidas de telefone, dívidas à EDP, á segurança social, a empreiteiros, a fornecedores e até aos trabalhadores. Agora sabe-se porquê que a disputa foi tão arreigada e agora sabe-se porquê que houve incitamentos à revolta das populações, sabe-se o porquê do envio de e-mails, sabe-se o porquê de processos-crime. Enfim mesmo em tempo de crise, aquilo que se assistiu em Caíde de Rei foi um executivo que não se cansou de acumular dívidas e que não se cansava de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

as contrair. No entanto ao mesmo tempo apelava à revolta dos seus cidadãos, e na verdade, o dinheiro que alegadamente iria servir para tapar buracos na estrada, afinal era para tapar o rombo e os buracões do orçamento daquela freguesia. Numa Junta onde o orçamento é de cerca de quarenta mil euros anuais, fácil é de perceber o caminho árduo que agora terá de ser empreendido, tudo à conta de devaneios políticos, de políticos de calções de licra e que até então se arrogavam a ser senhores de revoltas contra a Câmara, quando a culpa e toda a culpa apenas ao seu despesismo e ao seu devaneio podem ser atribuídos. Por esse motivo e aqui posso falar de Macieira, porque se não estou em erro, poderei consultar as atas, falei também desse caso há quatro anos atrás, eu exorto aqui nesta Assembleia nos termos das competências que são definidas na alínea a), do número dois, do artigo vinte e cinco, da lei das autarquias locais que nós tenhamos verdadeiramente o papel fiscalizador daquilo que é a atividade também das Juntas de Freguesia. Porque situações destas não se podem repetir, situações como Macieira não se podem repetir. Todas elas, independentemente de partidos e acho que toda a gente percebe isto. E nessa medida, eu exorto a que uma vez concluída que esteja a auditoria que foi pedida que seja dela dado conhecimento ao IGAL, ao tribunal de contas e eventualmente ao ministério público. Acho que isto não tem piada e mais uma vez é preciso pormos cobro a todos estes cenários que temos vindo a viver, onde há os amigos dos amigos o toma lá dá cá, o deixa-me contratar-te por ajuste direto e logo se vê quem é que vai pagar. Acho que isto não é motivo de chacota nem de riso e conheço perfeitamente como os senhores deputados conhecem as situações que vivemos nos últimos anos neste concelho e que se vive um pouco por todo o país. Portanto exorto que este órgão esteja no âmbito das suas competências atento. Acho que já resulta da lei a parceria estratégica entre Câmara Municipal e Freguesias, aliás se isso constante do nosso programa eleitoral é que seria estranho, tínhamos um programa eleitoral a dizer aquilo que a lei já diz. Há uma coisa que eu quero elogiar e não sei a situação financeira de Alvarenga como referiu nem de outras freguesias mas há uma coisa que eu quero elogiar, porque vem na senda daquilo que eu aqui já disse e penso que disse também há quatro anos quando se falou em orçamento. Eu quero elogiar a sua atitude de realizar um orçamento participativo. Era algo que eu já tinha falado e acho que é uma ideia que deve ser implementada e que tem tido bons resultados nos concelhos e nas freguesias que já fizeram essa aposta nos últimos anos. Não posso deixar no entanto, e esta é uma deixa que se me permite eu lhe transmitirei, é essencial que esse orçamento participativo vise as quatro freguesias que compõe a união de freguesias e não Silvaes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

por ter a maioria das pessoas que compõem esse agrupamento de freguesias acabe por assumir a maior fatia do bolo. Penso que isso é essencial, é importante e se não for realizado desvirtuará por completo aquilo que é o orçamento participativo. No entanto deixo aqui apesar de todas as nossas diferenças ideológicas o meu louvor à atitude que foi por si adotada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Há duas maneiras de estar na política, aquelas pessoas que se regem por princípios e nas alturas certas sabem qual é a decisão, há outras que tomam as decisões de acordo com as suas conveniências e então mudam de opinião consoante essas conveniências. Quanto à extinção das freguesias, o senhor votou e votou aqui nesta Assembleia Municipal para que se mantivesse o projeto de lei do governo da extinção das freguesias. Mas na Assembleia de Freguesia de Silvares votou exatamente ao contrário, está em ata, não diga que não, está em ata. Votou exatamente o contrário não teve a coragem de na Assembleia de Freguesia de Silvares ter tomado a mesma posição que tomou aqui. Oportunismo político é a atitude que afasta as populações da política e é ele o grande causador da constante subida da abstenção. Em relação a outro ponto que é o convite aos senhores vereadores e ao senhor presidente da Câmara para uma inauguração. Eu nunca vi fazer os convites para presidente da Câmara e vereadores para as suas moradas particulares. Existe o edifício onde as cartas são entregues que é na Câmara Municipal. Se tivesse de facto a intenção de convidar institucionalmente o senhor presidente da Câmara e os senhores vereadores da Câmara teria mandado os convites para a Câmara Municipal.» -----

----- Intervenção do Sr. Adão Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhores vereadores. Aquilo que me traz cá e depois destes comentários que estive a ouvir, falou-se em Caíde de Rei e toca-me imenso ouvir falar em Caíde de Rei e muita coisa que se passou nestes quinze dias eleitorais, antes da segunda eleição. Toda a gente, principalmente da coligação “Lousada Viva” se preocupou muito com a eleição em Caíde de Rei. O senhor Dr. Leonel Vieira quase todos os dias lá ía. É verdade, eu acabo o meu serviço às onze da noite e passava em frente à junta ou em frente à sede do partido e o senhor estava lá. Vamos ser sérios é para isso que nós aqui estamos, não foi o que vocês pediram, seriedade. Aquilo que eu lhe quero dizer é tão simples quanto isto, se o senhor sabia deste buraco tão grande que há em Caíde, como é que teria coragem de propor um vereador ao pelouro da educação que faz este tipo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de crime numa instituição como Caíde.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu penso que a questão de Caíde de Rei é muito simples, todos vocês, um mais outros menos, a maior parte se calhar e ainda bem não esteve a braços com dívidas, isto é um processo, infelizmente, natural e que não se pode repetir. Mas o que aqui os meus colegas, penso, vieram retratar foi os quatro anos que passamos no anterior mandato em que, e é pena o senhor ex-presidente de Junta não estar cá, se calhar também se estivesse não sabíamos nada disto, mas vinha aqui a este púlpito como supra sumo da verdade, da seriedade e todos os outros eram os incompetentes e não eram sérios. Portanto a questão base é apenas esta. Relativamente à questão da defesa da honra. A defesa da honra foi utilizada aqui no anterior mandato com muita compreensão da anterior presidente para assuntos completamente escabrosos, ninguém estava a ofender ninguém, é o debate puro e político, a defesa da honra é algo muito mais à frente, em que as pessoas se sentem mesmo muito ofendidas, quase insultadas e diretamente. O que se passou aqui hoje não foi nada disso, isto é apenas um subterfúgio para se tentar responder novamente. Mas para isso existe o período de antes da ordem do dia uma série de pontos em que as pessoas podem livremente, democraticamente falar de tudo. Quanto ao conselho geral, eu acho que da parte da coligação “Lousada Viva” era ótimo fazer uma introspeção porque acusar sempre os outros de partidizar um órgão, antes de tudo isso convinha saber que tipo de atitudes tiveram, que se calhar levaram a essa mesma partidização prévia, que eu não considero, que no final de contas fosse atingida.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu começava por dizer que é no mínimo de mau tom falarmos de alguém, na forma como falamos que não está presente para se defender. Segundo fazê-lo num ponto da ordem de trabalhos que é interpelação ao presidente da Câmara. Depois relativamente àquilo que foi dito, se há uma coisa que é clara e parece que eu fui claro naquilo que disse, é que, senhor deputado João Correia eu não falei no lugar para mim, se há coisa que eu não preciso é de sítios onde ocupar o tempo, tenho muitos sítios onde ocupar o tempo, não seja mais com as minhas filhas. Segundo, perguntou se nós não apresentamos aqui nenhum critério para escolha, eu penso que foi apresentado um critério claro e rigoroso que era quele que devia ser cumprido, representatividade da comunidade, e pelos vistos esse não foi o critério que foi seguido, é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nossa interpretação. Se partidarizaram ou não, não sei, fica ao critério, agora não foi cumprido. Quanto a introspeções senhor deputado Nelson. Com toda a honestidade eu não sei, eu não faço esses exames, essas anamneses, com honestidade não sei a quê que se está a referir, nós falamos de dois agrupamentos concretos, há mais do que dois, em que claramente as pessoas que foram escolhidas foram dois presidentes de Junta, podiam não ser mas foram e seguiram a regra anterior e que neste caso muito particular o agrupamento de escolas Lousada Norte em que a sede do agrupamento estava em Lustosa e agora passou para Nogueira e o presidente da Junta de Lustosa (Santo Estevão) é da Coligação e não foi contactado e o presidente da Junta de Nogueira não foi contactado e foi contactado uma escola que tem uma representatividade residual naquele agrupamento, se estiver enganado desmintam-me. Relativamente ao agrupamento Lousada Oeste em que a sede do agrupamento se encontra na Junta de Freguesia de Nevogilde, o mesmo presidente de Junta não foi contactado e as outras freguesias Covas e Figueiras, Casais e Nespereira não foram contactadas e foi escolhido o presidente da Junta de Lodaes. Eu não tenho nada contra este presidente de Junta e escusam de vir aqui dizer que eu estou a ofender a competência deles, são pessoas idóneas, são pessoas competentes. No entanto no critério de representatividade que se pede ao conselho geral eles não são os mais representativos do agrupamento.» -----

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Aproveito a ocasião e porque é a primeira vez que intervenho neste novo mandato para felicitar a todos pela eleição para os cargos que foram escolhidos e sufragados pelo povo lousadense e desejar obviamente que desempenhem o melhor dos trabalhos a bem do nosso município. Aquilo que me traz aqui senhor presidente da Assembleia é um ponto de ordem á Mesa. E aquilo que eu solicitava, portanto, é que em tempo oportuno fossem disponibilizadas aos senhores deputados e aos senhores presidentes de Junta as atas da Assembleia Municipal onde a bancada da coligação “Lousada Viva” e eu próprio, na altura, tive a oportunidade de vir dizer a este púlpito, assim como o senhor presidente da Junta de Silvares que era maléfico, que era prejudicial para o concelho de Lousada que não fosse discutida abertamente e democraticamente nesta Assembleia a questão da reforma administrativa. Uma questão que não foi escolhida por nenhum de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nós, que diga-se para efeitos de registo em ata, não foi aplaudida por nenhum dos elementos desta câmara, mas que, uma vez imposta por instâncias internacionais que o governo de então chamou, cabia-nos a atitude responsável e democrática de a debater abertamente e de apresentar uma proposta concreta para que a mesma não fosse desenhada de “régua e esquadro” na Praça do Comércio de Lisboa.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Manuel Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu queria só reforçar ainda mais as palavras do meu colega Simão Ribeiro, porque efetivamente e bem me recordo de boa memória, aqui o nosso amigo caro Nelson Oliveira numa determinada sessão, nesta Assembleia, disponibilizou-se inclusivamente para que o partido socialista debatesse este assunto com a coligação. O que efetivamente, depois de ordens superiores, penso que por estratégia política e eleitoral acabaram por desafinar essa possível negociação, essa possível reflexão efetiva sobre uma justa e correta divisão do território deste concelho de Lousada em áreas administrativas, em uniões de freguesias que poderiam ter sido feitas de melhor forma, de certa maneira mais equitativas e promovendo o melhor plano de desenvolvimento para o concelho. Isso foi o que eu sempre afirmei. A coligação “Lousada Vida” esteve sempre disponível, não houve foi disponibilidade do senhor presidente da Câmara e do partido socialista no seu conjunto para refletir essa questão, porque se puseram numa posição ligada ao partido socialista nacional que era “estamos contra”, estamos contra. Faz-me lembrar, “estou contra a tempestade”, não interessa se ela venha ou não venha, o importante é estar contra, depois ela vem e temos de sofrer as consequências. O que aconteceu aqui foi precisamente isso, ninguém soube, e quem tinha sobretudo a “faca e o queijo” na mão, isso é que é preciso perceber, não teve a capacidade, a hombridade de perceber que estava em causa o concelho de Lousada e as populações. Basearam-se numa perspetiva meramente eleitoralista de estar contra, e agora temos resultados, alguém tem de os assumir, eu é que não os assumo. E peço também uma palavra de referência ao senhor Ferro para lhe dizer, eu até fico admirado que o senhor Ferro já fez parte da Assembleia de Freguesia, o senhor Ferro não sabe que o presidente da Junta não vota. É bom reconhecer, porque efetivamente o presidente de Junta não vota, quem vota são os membros da Assembleia. Portanto o senhor não me venha acusar de eu ter votado, eu não votei nada, onde eu votei efetivamente foi aqui e estive sempre contra, contra o processo, denunciei-o. E se está aqui alguém que pode hoje ter uma palavra sobre este assunto sou eu. Relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

meu caro amigo João Correia e sobre a interpelação à Junta de Caíde de Rei e não estando cá o colega ex-presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei e não pondo em consideração todo o processo que existe, efetivamente eu sempre governei, sempre estive na Junta de Freguesia com responsabilidade e efetivamente nós não devemos assumir, aliás por aquilo que são as obrigações legais da lei dos compromissos a que também estamos obrigados, assumir mais responsabilidades do que aquilo que podemos. É de facto deplorável que haja comportamentos desses, quer sejam na Junta em Caíde, no passado em Macieira ou outras freguesias ou até mesmo em Alvarenga. Portanto essa situação é transversal, só que há uma coisa que há confusão aqui, quem tem competências é a Assembleia de Freguesia não é Assembleia Municipal para tratar, para fiscalizar as contas das Juntas de Freguesia. A Assembleia Municipal é um órgão que não tem competências para essa fiscalização. Misturar as coisas, são coisas que é preciso ter cuidado, mas queria agradecer as palavras simpáticas relativamente ao orçamento participativo. Efetivamente existem cada vez mais Câmaras Municipais no país e Juntas de Freguesia ainda em menor número, que estão a optar por este estilo de gestão, com casos de sucesso muito grandes como por exemplo Lisboa e Guimarães aqui bem perto. Este orçamento participativo veio sobretudo da América Latina, efetivamente acho que é uma forma de gestão, quero-lhe dizer que relativamente ao nosso orçamento participativo estamos a dar os primeiros passos, vamos ter uma Assembleia deliberativa porque há dois tipos de orçamento, os consultivos e os deliberativos, nós optamos por ir para o orçamento deliberativo porque achamos que é muito mais eficaz na forma como os cidadãos se comprometem, intervêm na gestão dos dinheiros públicos. Nós confiamos nos cidadãos, eu presidente de Junta confio nos cidadãos e nas suas capacidades, envolvi a própria Assembleia de Freguesia e quero dar uma palavra de estímulo e de certa maneira de gratidão, a alguns membros da oposição que já me vieram referenciar que fazem intenção de estar presentes. E portanto, é nesse contexto de uma participação responsável entre os vários membros na Assembleia de Freguesia, dos cidadãos em conjunto, das associações a quem nós convidamos expressamente, que nós podemos construir uma sociedade mais participativa e mais cívica. Nós políticos estamos neste papel não como senhores e donos e autoritários de que aquilo que nós estamos a governar é nosso, não é nosso, é de todos. Portanto esta capacidade de corresponsabilizar e pôr as pessoas também a decidir, acho que é uma atitude que o mundo moderno, o mundo contemporâneo nos pede a nós políticos. E por isso também deixo aqui uma interpelação ao senhor presidente da Câmara, porque efetivamente ele tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

no programa eleitoral o orçamento participativo para juventude e gostava de saber quando é que efetivamente o senhor presidente da Câmara toma essa iniciativa. Eu penso até que ele teve muita pressa em aprovar este orçamento, não teríamos necessidade de estar aqui a aprová-lo hoje, tínhamos mais tempo. Em período de eleições e a seguir a eleições, segundo a lei, há possibilidade a que os orçamentos sejam aprovados num prazo de noventa dias. Eu estive numa formação e portanto é dado às Câmaras a possibilidade de aprovarem o orçamento num período mais lato. O senhor presidente da Câmara podia ter iniciado este processo e inclusivamente podia ter iniciado este processo do orçamento participativo com os presidentes de Junta.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Penso que é preciso ter um bocado de responsabilidade no que se diz e seriedade. Senhor Simão Ribeiro não é preciso pedir ao senhor presidente da Assembleia que leia a ata que eu tenho aqui a transcrição do que se passou nessa altura. Assembleia Municipal de vinte e oito de setembro de dois mil e doze: “ A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada, os Grupos Municipais e o membro Independente, concordando na íntegra com o parecer apresentado pela Câmara Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade, propõe que a pronúncia da Assembleia Municipal seja no sentido de não apresentar qualquer projeto de reorganização administrativa do território das freguesias, com os fundamentos constantes do referido parecer...” aclaro ainda que a mesma foi aprovada por trinta e cinco votos a favor, duas abstenções e dois votos contra do senhor Fausto Oliveira e do senhor António Meireles. O grupo municipal do PSD só era constituído por quatro pessoas? E os restantes, o que é que votaram? Votaram a favor da proposta feita pela Câmara. Relativamente ao senhor Fausto, se eu disse que o senhor votou favoravelmente na Assembleia de Freguesia e aqui contra, se calhar então enganei-me na palavra porque o senhor não podia votar por ser presidente. Mas foi apresentada uma moção pelo senhor engenheiro Couto dos Reis em doze de julho de dois mil e doze na Assembleia de Freguesia de Silvares: “ponto dois, apreciação e votação de parecer sobre o agrupamento ou não da freguesia de Silvares no quadro da Lei vinte e dois, dois mil e doze de trinta de maio que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. Depois de ter sido analisado e discutido o assunto por todos os membros presentes na Assembleia, foi votado por unanimidade, (isto é as pessoas da lista do PSD-CDS votaram a favor desta moção) o parecer em anexo, apresentado por António José



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Coutos dos Reis, que resulta na resposta negativa e unanime à integração/fusão de Silvares com qualquer outra freguesia e à integração/fusão de qualquer outra freguesia em Silvares”. Parece que é claro. Repito, foi votado por unanimidade o parecer, isto é, os elementos da Assembleia de Freguesia de Silvares da coligação PSD-CDS também votaram favoravelmente este parecer. O senhor Dr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, não podendo votar por ser o presidente manifestou no entanto o seu apoio inequívoco à referida moção tendo até proposto uma alteração no final da moção. E esteve sempre a favor da Moção. Portanto os senhores tiveram sempre, tanto aqui como em Silvares, uma posição dúbia, tanto que eu na altura disse o seguinte: “afinal em que ficamos senhor Dr. Agostinho Gaspar, senhor Dr. Fausto Oliveira e senhores dirigentes da coligação PSD.CDS nos órgãos para que foram eleitos votaram a favor da não apresentação de qualquer proposta, talvez para quando um dia forem chamados às vossas responsabilidades, poderem dizer, não nós até votamos contra, fora desses órgãos dizem exatamente o contrário, talvez para diante dos vossos dirigentes nacionais poderem dizer, não nós sempre apoiamos a lei vinte e dois de dois mil e doze, a lei da extinção, anexação das freguesias”. Era deste tipo de comportamento político que eu falava há bocado e que vai afastando cada vez mais os eleitores, as populações das eleições para todos os órgãos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Colega Filipe Barbosa quer retratar-se relativamente ao ponto primeiro da ordem de trabalhos, vou ler-lhe, interpelação do senhor presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do município, ainda está para chegar o dia e nesse dia eu demito-me em que esta Assembleia não posso conhecer os assuntos do interesse do município, em primeiro lugar. Em segundo lugar, já que coloca tantos entraves aos critérios que foram utilizados para escolher os membros do conselho geral tem bom remédio, recorra nos termos da lei da decisão que foi tomada. Terceira questão, foi aqui abordada que ainda não foi resolvida, eu esperava que hoje não se falasse da nomeação da Mesa da Assembleia da Assembleia. Esperava, mas também, as pessoas do departamento jurídico da coligação “Lousada Viva” certamente os esclarecerão relativamente àquilo que resulta de uma eventual nulidade da votação e dos efeitos que ela produzirá ou não. Outra questão, Fausto certo, mas atenção o orçamento participativo não é para presidentes de Junta é para as populações. A partir do momento que é para presidentes de Junta não há orçamento participativo, “cada um puxa a brasa à sua sardinha” e siga a dança. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhor ex-presidente Meireles foi aqui visado por mim e há de continuar a ser aqui visado por mim, porque ele tinha responsabilidades políticas e enquanto político e não enquanto pessoa e cidadão é que está aqui a ser alvo das minhas afirmações. Portanto há que diferenciar isto. O que é aqui discutido não é lá fora, acabou. Politicamente e no dia em que ele quiser, pode vir aqui prestar os esclarecimentos que muito bem entender relativamente a este assunto, penso que o senhor presidente da Mesa não o irá negar. Penso que nesse dia ele pode perfeitamente vir aqui esclarecer, até lá alguém lhe pode dar o recado que hoje de facto falei nele e que não disse coisas boas. E que não me ri a falar desta questão das dívidas sejam elas de onde for. Por último, só fazer uma nota, a lei das autarquias locais como sabem foi alterada em dois mil e treze e de facto havia competências fiscalizadoras que integravam as competências das Assembleias de Freguesia eu posso estar a fazer uma análise errada da lei mas nenhuma das competências que é atribuída às Assembleias de Freguesia nos termos do artigo nono, refere fiscalização, a única competência que é dada às Assembleias de Freguesia é para tomarem conhecimento e posição relativamente ao resultado de auditorias que venham a ser realizadas. A alínea a), do número dois, do artigo vinte e cinco refere que esta Assembleia Municipal tem competência para verificar os atos da Câmara Municipal de todas as entidades supra municipais e todas entidades legais desta câmara empresas municipais incluídas e também dos contratos de parceria que são celebrados entre a Câmara e as freguesias. Portanto eu ressalvo aqui que a alteração legal trouxe muitas mais competências para nós e que nós também devemos ser um agente importante naquilo que é feito nas freguesias.» -----

----- Esclarecimento do Sr. presidente da Assembleia «Antes de passar a palavra ao senhor presidente da Câmara só se me permitiam muito rapidamente sobre esta matéria que aqui vi controvertida da extinção e reorganização das freguesias, eu apelava-vos para que tivessem a bondade de ler a entrevista que deu há um mês atrás o senhor professor doutor Barbosa de Melo, o que ele disse de forma contundente sobre esta matéria. Acho que todos deviam tirar as ilações devidas do que ele disse. É uma pessoa de referência deste país, um grande homem que desempenhou cargos importantes na estrutura política do país e portanto é uma referência que devia ter sido ouvida e que não é como muitos outros. Alguém levemente na minha perspetiva, decidiu fazer aquilo contra a vontade das populações e de facto, meus caros amigos, senhores presidentes da Junta das uniões de freguesia, sinceramente lhes digo que os senhores têm



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

um presente envenenado entre mãos. Espero que não seja assim, mas acho que têm um presente envenenado, difícil, para poderem resolver problemas que lhes vão cair a muito breve trecho nas vossas mãos.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do Dr. Filipe Barbosa. Eu confesso que não percebo o porquê desta preocupação, desta importância exacerbada relativamente à questão dos conselhos gerais e confesso que acho lamentável que este tema esteja aqui a merecer tanta atenção, quando há coisas tão graves neste momento na área da educação, como por exemplo o facto de estarmos a entrar em dezembro e apenas hoje a Câmara ter recebido a resposta do ministério das finanças a autorizar a contratação dos professores das atividades de enriquecimento curricular. Isso sim é grave, é gravíssimo, isso sim devíamos preocupar a todos. E estamos aqui a dar importância a uma matéria que não percebo qual é a vossa preocupação, admitiu aqui e bem que as pessoas que eu indiquei são pessoas idóneas, são pessoas competentes e eu pergunto qual é o mal de acrescentar a essas características a questão da lealdade, a questão da confiança. Qual é o problema? Não percebo qual é o problema porque certamente que as populações estão tão bem representadas, como estariam por outros presidentes de Junta, quer fossem do PS quer fossem do PSD, como estariam também por exemplo se fossem aqui pelos vereadores eleitos pela coligação “Lousada Viva” ou por mim próprio. Depois queria lembrar aqui ao senhor deputado João Carvalho que quem ganhou estas eleições por maioria absoluta, foi o Partido Socialista, eu acho que vocês já se conformaram com isso. Foi a nós que a população deu um voto de confiança para governar, foi o nosso compromisso, o compromisso que nós apresentamos à população e que foi sufragado de uma forma esmagadora que mereceu a confiança dos lousadenses. E entendi eu e continuo a entender que as pessoas que têm melhores condições para interpretar esse sentimento popular, foram as pessoas que estiveram comigo na lista do partido socialista, sempre assim foi, não percebo essa questão, não passa de demagogia política a intervenção que aqui fez. E por isso nessa matéria estou de consciência tranquila. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silves, Pias, Nogueira e Alvarenga. Eu sinceramente gostava muito também aqui de lhe tecer algumas considerações elogiosas e palavras simpáticas mas infelizmente o senhor não me dá essa possibilidade. O senhor fez aqui uma acusação grave de falta de caráter, queria-lhe dizer que não recebo lições de caráter de ninguém, não as vou receber da sua pessoa e vou devolver essa acusação à precedência. E quero-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Ihe dizer mais, eu não estava minimamente a pensar em falar sobre esta matéria, falei de uma forma abstrata como já alguém aqui disse, porque infelizmente não foi o único caso de falta de convite, muito embora um outro colega seu já me deu uma explicação que eu tive que aceitar pelo facto de não me ter convidado. Portanto não me referi expressamente à sua pessoa mas agora vou dizê-lo de uma forma muito franca. Que fiquei magoado e agora ainda mais magoado perante a explicação que o senhor deu, porque fiquei plenamente convicto de que foi propositado. Porque se o convite que apareceu na caixa do correio da minha moradia tivesse dirigido ao presidente da Câmara, eu teria estado presente na cerimónia. Mas não estava, era um convite normalíssimo, como qualquer cidadão recebeu dentro de um envelope que dizia Pedro Daniel Machado Gomes. Eu até vi algum cinismo, alguma afronta nesta forma de fazer política. Portanto, desculpe, o senhor é que abordou o assunto e portanto agora “quem diz o que quer ouve o que não quer”. Relativamente à reforma administrativa também estou de consciência tranquila, como certamente todas as trinta e cinco pessoas que decidiram não apresentar qualquer proposta também estarão de consciência tranquila. Falou-se aqui de tempestade mas aquilo não foi nenhuma tempestade, aquilo foi um acidente provocado por um senhor que se intitula Dr. Miguel Relvas, com a conivência do PSD e do CDS que votaram a favor daquela lei da reforma administrativa. E por isso eu nunca reconheci qualquer mérito àquela proposta, como hoje continuo a não reconhecer qualquer mérito, é uma pura aberração, e por isso, fosse qual fosse a solução eu estaria contra, e por isso não me arrependo do meu voto na Câmara Municipal e certamente que aquelas trinta e cinco pessoas que nesta Assembleia também votaram contra não estarão arrependidas. E por isso, como disse e bem aqui o João Correia, essa questão dos quinze por cento, são *faits divers*, foi chantagem política que tentaram fazer para que os senhores presidentes de Junta acatassem a proposta do governo e fizessem propostas nesse sentido da agregação de freguesias. Nós não nos vergamos, nem nos devemos vergar perante chantagens políticas. E portanto esse acréscimo que referiu não passa disso mesmo, de chantagem. O que eu acho e já o disse aqui nesta Assembleia, nós devíamos estar todos unidos no sentido de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que esta situação seja desfeita, e o senhor foi eleito presidente para uma união de quatro freguesias, julgo que não estará satisfeito por essa realidade, seguramente, digo eu, que teria sido preferível manter a situação que existia e nós continuarmos a ter quatro freguesias nessa união e nas outras idem aspas, porque seguramente estaríamos a respeitar melhor a vontade popular. Eu julgo também que o facto de nestas eleições a abstenção ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

crescido se deve muito a isso. Houve populações e eu senti isso particularmente em algumas freguesias na campanha eleitoral, estavam completamente revoltadas, que não se reviam nesta reforma administrativa, diziam que não iam votar porque não se reconheciam neste processo. E por isso é que eu digo que nós devemos mobilizarmo-nos no sentido de tentar inverter todo este processo a bem das populações, da representatividade e da proximidade que deve existir entre os eleitores e eleitos. Relativamente à questão do orçamento participativo. É um compromisso que eu assumi com a população e certamente no próximo ano já estará implementado. O senhor Dr. Fausto, como é seu timbre falou aqui de cátedra, dizendo para nós consultarmos a lei que fez formações e que nós não tínhamos de aprovar o orçamento assim à pressa, mas nós sabemos disso, sabemos que o orçamento não tinha de ser aprovado hoje, simplesmente o IMI sim, e não faria sentido nós fazermos uma Assembleia Municipal hoje para aprovar o IMI e outra em dezembro para aprovar o orçamento, estaríamos a desperdiçar dinheiro público. É por essa razão que o orçamento foi feito com menos tempo do que aquele que nós preferíamos, tempo que não nos permitiu implementar desde já o orçamento participativo.» -----

----- SEGUNDO PONTO - Apreciação das informações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara nos termos da lei -----

----- Neste ponto não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia.-----

----- TERCEIRO PONTO – Fixação das taxas nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis -----

----- Intervenção do Sr^a. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, membros da Assembleia, público aqui presente, comunicação social, senhoras e senhores. Como sabemos a grave crise económica e social reflete-se de forma grave na vida dos portugueses e em particular dos lousadenses que se vêm obrigados a grandes sacrifícios económico-financeiros para cumprirem as suas responsabilidades contributivas e fiscais. Por isso a coligação “Lousada Viva” há muito que defende a descida das taxas do IMI, o que garantiria um apoio efetivo e primordial às famílias. Vossas excelências lembrar-se-ão certamente, que na Assembleia de outubro do ano passado a coligação “Lousada Viva” apresentou uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Moção que visava a fixação da taxa de IMI sobre os prédios urbanos em zero ponto três por cento para o ano de dois mil e treze. Aliás, não foi outra a posição do PS durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas ao defender a descida da referida taxa para o mínimo legal. No entanto na altura em que os lousadenses mais precisam, a Câmara gerida agora pelos mesmos socialistas da campanha eleitoral, pasmem-se, apresenta apenas a descida de uma centésima, para zero ponto trinta e sete. Não será de certeza a este ritmo senhor presidente da Câmara, que ajudará os lousadenses mais necessitados. Quando pretende vossa excelência afinal, melhorar as condições de vida dos lousadenses? Não podemos esperar mais um ano, dois ou mais até. Não se compreende senhor presidente, como é que num contexto de aumento das receitas municipais provenientes deste imposto devido às novas regras de tributação e avaliação patrimonial, que a Câmara se recusa a orientar a sua política social para o apoio de ajuda às famílias lousadenses no geral e particularmente àquelas com maiores dificuldades. Esta redução é pois uma esmola para calar os lousadenses que nós, coligação “Lousada Viva” não aceitamos.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Contra todas as expectativas a receita proveniente do IMI é semelhante à cobrada no ano anterior, senhora deputada. É certo que com a avaliação geral houve uma subida de valor patrimonial dos prédios urbanos de oitocentos e oitenta e cinco milhões, quinhentos e trinta e oito mil euros para um bilião, duzentos e treze milhões, seiscentos e trinta e oito mil, mas o valor sujeito a imposto passou só de quinhentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e noventa e quatro mil para oitocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e onze mil euros. Tivemos assim, ainda este ano, de isenções temporárias, duzentos e dois milhões, quatrocentos e noventa e um mil e de isenções permanentes, cento e cinquenta e sete milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, razão pela qual a receita se manteve praticamente igual à de dois mil e doze, com a diferença de apenas quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois euros. Há realmente crise mas parece que a crise não é devida à Câmara Municipal. Pessoalmente acreditava que aquando da avaliação geral no nosso concelho, os valores fossem um pouco diferentes, ou seja, para mais. Só a taxa de zonamento não justifica tudo, estamos inteiramente de acordo com a taxa a aplicar de zero vírgula trinta e sete por cento, pois a aprovar já a taxa de zero virgula três por cento, e na campanha eleitoral, senhora deputada, o PS não disse que baixava a taxa para zero virgula três por cento, não, disse faseado e faseado o que é que quer dizer, durante os quatro anos, vamos lá chegar à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para que o orçamento das famílias lousadenses não tenha um aumento de rendimento.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «A ajuda primordial que podemos, devemos e temos a obrigação de a dar, para com os mais necessitados, é por exemplo, aqueles que comprovadamente são, têm a isenção de IMI, isenção total. E para tudo isto, como todos percebem, o dinheiro não se arranja do nada, é preciso também ter receita para fazer face a tudo isto, e ainda assim, nós reduzimos. E reduzimos da mesma forma que infelizmente as transferências do poder central vêm para o município. Portanto o que nós nos deparamos é, reduções de transferências do Estado para a autarquia e nós, ainda assim, assumimos esses custos e continuamos a descer os impostos municipais. Portanto, alguma coisa aqui é incongruente na vossa declaração. E as pessoas que nós ajudamos, os mais necessitados, não podem, nem devem ser mencionadas, nós não podemos, nem vamos dizer quanto é o valor que ajudamos as pessoas, isso também vem no orçamento, nem o nome das pessoas que são ajudadas. Uma das principais medidas é essa isenção do IMI e por outro lado temos de continuar a ter alguma receita para fazer face a todas essas despesas. Para além disso e ajudando quem precisa, no nosso programa eleitoral, como aqui foi dito, nós dissemos e o programa eleitoral é para quatro anos, uma redução sucessiva e nós continuamos a pugnar por isso mesmo. Mas também aproveito desde já este vigor da defesa pela descida total dos impostos municipais e se calhar, sugeria também à bancada do PSD-CDS que pugnassem por isso mesmo na Assembleia da República e junto do governo e do líder do PSD, para que também desse uma ajuda em termos dos impostos que todas as famílias portuguesas pagam, na prossecução do bem comum. Portanto, não podemos ser uma coisa dentro desta Assembleia e depois andar a votar aumentos de impostos sucessivos para todas as famílias no país. Tem de haver um ponto de acordo.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: Apenas para frisar aquilo que já é uma posição que tem vindo a ser assumida pelo partido socialista e que o Nelson Oliveira, meu colega de bancada já teve aqui a oportunidade de expor. De facto dificilmente se entenderá que políticas caritativas ou que se use o argumento da atual crise económico-financeira em que o estado português está mergulhado, para se falar que a taxa de IMI tinha um reflexo significativo naquilo que é o imposto pago por pessoas, que nos termos da lei, tem casas próprias, ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seja tem um valor patrimonial, que de facto aqueles que não têm possibilidades não têm. E portanto há aqui que dizer duas coisas: já para efeito de atribuição de subsídios, para efeitos de rendimentos sociais, para atribuição de bolsas de estudo, o critério de ter património próprio já é utilizado nos termos da legislação geral. Portanto não me parece que seja nos termos do IMI que se vá fazer grande diferença relativamente àquilo que é um alívio da carga fiscal das famílias. Por último dizer o seguinte, zero vírgula trinta e sete é melhor que zero virgula trinta e oito, aqui ou na China, se é para baixar é para baixar, se é paulatinamente é paulatinamente. Portanto não vejo razões, além da intransigência política e eleitoralista do PSD Lousada de querer e defender os zero vírgula trinta consagrados no mínimo legal estabelecido, não vejo outras razões para não votarem favoravelmente uma descida da taxa do IMI, relativamente aos prédios que já foram avaliados nos termos deste imposto.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente à intervenção da Dr.^a Cidália Neto, eu ouvia atentamente e cheguei à conclusão que das duas, uma, ou está muito mal informada do que é isto do IMI ou então não terá lido a minha declaração de voto reproduzida na reunião de Câmara, porque se a tivesse lido, certamente não teria feito as afirmações que fez. Mas muito resumidamente, e isso consta da minha declaração de voto, Eu queria aqui dizer que o município de Lousada foi fortemente prejudicado com a alteração que houve na tributação do património. Quando se passou da contribuição autárquica para o IMI, nós de um ano para o outro sofremos um rombo terrível em termos de receitas. Ao fim destes anos todos, temos ainda um défice de três vírgula três milhões de euros, ou seja se não tivesse havido aquela alteração, nós teríamos tido a mais, de receita três virgula três milhões de euros. Só ao fim de nove anos é que nós recuperamos a receita que tínhamos na altura. E naturalmente por muita boa vontade que tenhamos todos de reduzir ao máximo a carga fiscal, há uma linha que nos separa, é que nós temos a responsabilidade de governar e dessa responsabilidade eu não abduco. O compromisso que eu assumi com a população é para cumprir e como e bem vocês aqui afirmaram é de que até ao fim do mandato a taxa será reduzida para o mínimo. Porquê que nós não o fazemos antes? Porque infelizmente não temos condições para o fazer. E contrariamente àquilo que vocês disseram aqui no ano passado, de que poderíamos reduzir, desde essa altura, para o mínimo porque a receita ia subir exponencialmente, porque estava a ser feita uma avaliação geral de todos os prédios urbanos, e portanto os valores tributários iam disparar e naturalmente que a receita também ia disparar. E o que nós dissemos, isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não é bem assim porque não temos dados que confirmem isso. E o tempo veio-nos dar razão. Conforme disse aqui o senhor Santos, a receita subiu apenas quarenta mil euros, ou seja, não teve expressão nenhuma. E não teve expressão nenhuma porquê? Porque se é certo que de facto houve um aumento substancial dos valores dos prédios urbanos, há a dita cláusula de salvaguarda que o senhor Santos aqui referiu, que para evitar um impacto muito significativo nos orçamentos das famílias, o governo decidiu que o aumento não pode exceder setenta e cinco euros por cada prédio. E por isso, naturalmente, ainda vamos ter de aguardar alguns anos para que este aumento substancial do valor patrimonial se reflita também na receita. Queria lembrar e é muito importante este especto, que em dois mil e cinco se a memória não me traiçoa, nós em Lousada votamos a favor da redução dos coeficientes de localização. Os coeficientes de localização são um fator determinante no valor dos prédios urbanos, de nada interessa nós vivermos num concelho que tem taxas mínimas com valores patrimoniais muito altos, de nada adianta, porque o que interessa é o valor efetivo do imposto a pagar. E nós aqui em Lousada temos prédios urbanos com coeficientes de localização muito baixos porque alteramos o zonamento, reduzimos substancialmente. E se tem dúvidas é muito fácil, pegam na vossa liquidação de IMI e se tiverem um amigo aqui num concelho vizinho com uma casa com a mesma área, comparem o valor patrimonial e o valor de imposto a pagar. Aliás nós agora nas avaliações gerais que tivemos os peritos deram-nos nota disso porque eles também foram peritos noutros concelhos e de facto disseram que nós temos coeficientes de localização muito baixos aqui para a região e mesmo no panorama nacional. Isto é importante para todos nós que pagamos IMI mas também é importante para aquilo que foi aqui referido que é as isenções. Porque nós ainda temos trinta por cento dos prédios urbanos isentos do pagamento de imposto, seja uma isenção temporária seja permanente, e naturalmente que o valor patrimonial é determinante para conceder as ditas isenções, uma vez que elas estão dependentes desse valor, como os valores são muitos reduzidos logo há também muitas mais famílias a beneficiar dessa isenção. Queria lembrar também que nós temos trilhado aqui um caminho de paulatinamente ir reduzindo o valor das taxas, contrariamente à tendência nacional. Infelizmente a nível geral de tudo que é imposto mas também nesta matéria do IMI, porque como sabem este governo decidiu aumentar as taxas máximas de zero ponto quatro, para zero ponto cinco. E por isso nós estamos de consciência tranquila, certamente que gostaríamos de ter condições já este ano de aprovar a taxa mínima, mas infelizmente, não temos condições para isso porque o que nós assistimos por parte do Estado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

é uma redução gradual nas transferências para o município e neste orçamento de estado são trezentos e quarenta e quatro mil euros a menos e sentimos por outro lado, a necessidade de cada vez mais, fazer face a necessidades básicas das populações que precisam do nosso apoio. Temos um conjunto significativo de investimentos para executar, são oportunidades que temos mesmo que as aproveitar se não o concelho vai desperdiçá-las. E por isso como disse inicialmente como temos essa responsabilidade de governar não temos condições para desde já para aprovar a taxa mínima. Portanto queria aqui deixar a garantia de que os lousadenses continuarão a ser aqueles que pagam menos de IMI aqui no panorama da nossa região.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da fixação da taxa de zero vírgula sete por cento para prédios urbanos e rústicos e zero vírgula trinta e sete por cento para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, conforme estabelecido nas alíneas a), b) e c), do nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

----- A proposta número um foi aprovada por dezoito votos a favor e dezoito abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Nunes Dias Teixeira, presidente das Freguesias de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes presidente das Freguesias de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- Com declaração de voto do senhor António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “ O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nosso voto passa pela abstenção. É pública a posição assumida pela coligação durante a campanha eleitoral, baixar a taxa para 0.30%, obviamente que com essa proposta assumíamos que era uma medida com custos orçamentais que deviam ser compensados, e que propunha-mos que fossem compensados com uma gestão rigorosa, onde a otimização de recursos e uma opção criteriosa de custos não essenciais teria lugar de primazia. E também sabemos, como também sabem muito bem que o momento que vivemos criou dificuldades a famílias, dificuldades graves a famílias não isentas. E que falar aqui em património próprio para invocar a não isenção é esquecer que a maior parte desse património próprio está hipotecado aos bancos e implica um custo muito grande nos orçamentos familiares, obviamente que também compreendemos o lado do executivo que necessita da receita e que não encontrou ou, no orçamento não apresentou outras formas para a receita, e por isso abtemo-nos, para que não fiquem sem esta fonte de receita”. -----

----- QUARTO PONTO – Fixação da taxa de participação variável no IRS do Município de Lousada -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Na atual conjuntura económica que atravessa o país e na qual o nosso concelho se encontra naturalmente inserido, vemos como sendo imprescindível que a Câmara municipal efetive políticas sociais que contribuam para uma qualidade de vida mais digna dos lousadenses, permitindo assim, que estes tenham capacidade de manter os seus compromissos financeiros. Consideramos claro que a redução da percentagem da participação do IRS para o ano de dois mil e catorze é efetivamente uma necessidade. Foi uma das bandeiras de campanha do partido socialista a redução desta receita, curiosamente quando questionado pela imprensa acerca da redução das taxas de IMI e do IRS, o senhor presidente de Câmara apenas, e só apenas respondeu sobre a redução, mesmo que mínima do IMI, mas relativamente à taxa de IRS, nem uma palavra para assumir perante os lousadenses que contrariamente à promessa eleitoral não irá diminuir esta participação. No entanto cremos que este executivo se encontra num período de uma nova realidade que certamente com rigor, boa gestão financeira e compromisso permitirão a redução da taxa no ano de dois mil e quinze. Apesar da bancada da coligação continuar a defender a redução desta participação, bem como a considerar totalmente exequível, decidimos abster-nos nesta matéria com o fundamento de compreensão da atual situação financeira do país que atinge



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

impreterivelmente os organismos municipais, mas nunca, desviando a necessidade de repor este compromisso no ano de dois mil e quinze.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Apenas para dizer que, como é óbvio seria desejável baixar esta participação variável dos lousadenses para efeitos de imposto sobre o rendimento de pessoas singulares. Como é óbvio, mais uma vez, assim que a situação orçamental e assim que o governo permita e liberte a asfixia aos municípios, obviamente que o PS, como não poderá ser posto em causa tem tido uma gestão muito rigorosa e criteriosa daquilo que será o orçamento da Câmara Municipal, como é óbvio, estará disponível e certamente o fará e baixará esta participação.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: Queria apenas reforçar que nós estamos aqui já a abdicar de vinte e cinco por cento da receita a que temos direito ou cerca disso. Mas infelizmente não temos condições para reduzir muito mais do que isso, pelos argumentos que aduzi relativamente à questão do IMI, porque de facto temos de ter receita, e o ideal não seria a vossa meta de reduzir cinquenta, o ideal seria reduzir cem por cento. Portanto abdicarmos dos cinco por cento, se houvesse condições, mas infelizmente não temos neste momento condições para isso porque as receitas são cada vez mais escassas, as transferências do Estado são cada vez menores, há uma contínua desresponsabilização do Estado daquilo que são as suas funções sociais e vocês sabem perfeitamente disso, chega-se ao cúmulo de reduzir as prestações sociais de quem recebe cento e setenta euros. O estado está a cortar nessas prestações, acham que é muito porventura. E por isso eu acho que é completamente demagógico estarmos aqui a falar disto, quando do lado do estado, na administração central, vemos exatamente o contrário, uma contínua desresponsabilização, uma contínua insensibilidade social. E nós aqui em Lousada temos essa sensibilidade, temos ido de encontro às necessidades básicas dos lousadenses, infelizmente são cada vez mais aqueles que precisam da nossa ajuda e por isso nós temos de ter receita para fazer face a esses desafios.» --

----- De seguida foi posta à votação a proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação de fixar, para os rendimentos do ano de 2014, uma participação variável de 4% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Lousada, em conformidade com o n.º 1 do art.º 20º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro coadjuvado com a alínea c) do n.º 1 do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por dezoito votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Nunes Dias Teixeira, presidente das Freguesias de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- Com declaração de voto do senhor Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ Nós votamos favoravelmente os quatro por cento mas quero lembrar a esta Câmara e aos senhores deputados que a nossa Câmara prescinde há muitos anos, desde sempre, da derrama lançada sobre as empresas e acho que numa altura destas lançarmos a derrama às empresas, era muito pior do que reduzirmos o IRS em um ponto percentual”. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais.-----

----- QUINTO PONTO – Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2014 -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Estes documentos são previsões, é verdade, mas devem apontar uma linha estratégica para o concelho, e também é verdade, que não conseguimos vislumbrar nenhuma nos documentos. Não há rasgo, não há ideias, não há valor acrescentado para o município. Não conseguimos encontrar uma estratégia para o desenvolvimento das Freguesias de forma equilibrada e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

harmoniosa. Aliás parece que não saímos uma vez mais do perímetro central. As freguesias perdem mesmo dotação orçamental e parece que serão compensadas posteriormente, talvez o sejam como foram em dois mil e doze, onde a segunda tranche não foi paga às freguesias. Não se vislumbram medidas de promoção de emprego e captação de investimento a não ser que consideremos que a ideia, se calhar podíamos dizer, delirante de vender os terrenos da zona industrial pelo valor apresentado no plano seja uma medida de promoção de emprego e de industrialização. Oxalá que algum milagre contrarie estas previsões pessimistas que para aqui estamos a apontar. Temos que salientar positivamente a educação porque aparece a construção dos novos centros escolares que já estavam há muito anunciados. Mas tirando isso em termos de educação e juventude funcionará tudo como sempre, ou seja, ao sabor do vento. Vai-se andando e vai-se vendo. Continuamos com um plano onde os presidentes de Junta não foram tidos nem achados, mas isso também já foi falado aqui, já foi aqui refletido. Aliás isto nem devia ser motivo de estranheza porque é coerente com a política dos mandatos anteriores. Falou-se também já aqui em orçamento participativo mas há de ser algum dia colocado em funcionamento. Por isso parece-nos que este documento não segue um caminho que, em tempos difíceis deve encontrar soluções, é nos momentos de dificuldades que em conjunto, como muito bem foi dito, na tomada de posse, encontramos soluções adequadas e ajustadas para os problemas reais e concretos das populações do nosso concelho. As palavras rigor, parece que já são refrão naquilo que diz respeito aos planos. Mas gostávamos de salientar que, há aqui alguma falta de rigor em algumas receitas. A venda dos terrenos da zona industrial, eu não me parece verdadeiramente que alguém nesta Assembleia acredite que eles vão ser vendidos por aquele valor ou os duzentos mil euros que também já foram explicados mas que efetivamente estão no plano, do IMI. Portanto há uma outra coisa que eu gostava de falar em termos de rigor, se estiver enganado desmintam-me e que não é uma questão menor. Há uma despesa no orçamento de dois mil e catorze de um milhão e quarenta mil euros referente à segunda fase de construção do complexo desportivo. Parece que essa despesa e uma vez mais reforço desmintam-me se estiver engado, se refere ao pagamento dos terrenos da Quinta de Vila Meã. Ora inicialmente falou-se em trezentos mil euros, toda a gente se lembra aqui da aprovação de um crédito que até deu algumas complicações porque caducou e depois foi renegociado com condições mais onerosas para o município e agora estamos a falar de um milhão e quarenta mil euros. Não devemos esquecer que há três anos atrás também já apareceu um pagamento de quinhentos e dez mil euros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

referentes à compra de terrenos para o complexo desportivo. Dois proprietários, mais de um milhão e meio de euros, só em terrenos. Era importante que esclarecesse com rigor nesta Assembleia quanto é que custaram na verdade os terrenos do complexo desportivo. Nós sabemos que em dois proprietários passou de um milhão e meio mas também sabemos que estes não são os únicos proprietários, há outros proprietários a quem se compraram terrenos e há outros com quem se negociaram contrapartidas, não de pagamento efetivo em numerário mas contrapartidas que tiveram custos para o município. Por isso era importante que somados todos os custos e contrapartidas soubéssemos na verdade quanto custaram os terrenos do complexo desportivo? Era importante também, que em termos de orçamento soubéssemos com rigor, quanto custa a manutenção do complexo desportivo? Porque sabemos também e desmintam-me uma vez mais se estiver enganado que há funcionários da “Séc. XXI” a trabalhar no complexo desportivo. Informaram-nos que sim mas se é mentira podem com toda a certeza dizer que não fico melindrado com isso, mas gostávamos de saber quanto custa anualmente a manutenção do complexo desportivo. E antes que venham cá dizer que com estas perguntas estamos contra o complexo desportivo, não somos, eu não estou com estas perguntas a dizer que sou contra o complexo desportivo. Não perguntar quanto custaram os terrenos, informar esta Assembleia, informar o concelho de quanto custaram verdadeiramente os terrenos para a construção é pedir uma informação ajustada e adequada, não é ser contra o complexo. Saber quanto custa a manutenção do complexo desportivo não é ser contra o complexo. Por isso guardem esse argumento e respondam verdadeiramente a estas duas questões também.» -----

----- Intervenção do Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados da Assembleia Municipal, caríssimo público e senhores representantes da comunicação social. Estamos a discutir um ponto que eu creio ser crucial para Lousada e para o futuro dos lousadenses, que são os documentos previsionais, o plano e orçamento. Estes revelam qual o caminho, qual o rumo político e o plano de desenvolvimento que o executivo Camarário liderado pelo partido socialista quer implementar para Lousada nos próximos anos. Após a análise dos documentos previsionais de despesa e de receita para o ano de dois mil catorze, não posso deixar de estar preocupada com algumas situações encontradas e algumas referidas pelo meu colega anterior, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sem querer melindrar nas minhas palavras, porque hoje permitam-me que vos diga, as pessoas estão um bocado exaltadas e algumas melindrices estão querendo ser criadas e não é minha maneira de estar na política, que eu posso apelidar de engenharia financeira. Meus caros amigos, estamos perante um plano pobre e sem ambição, no orçamento e no plano plurianual de investimentos não são apresentadas nenhuma ideia concreta de desenvolvimento económico para o concelho nos próximos anos. E não há visão estratégica para colmatar a diminuição das receitas, nomeadamente e por exemplo, a diminuição das transferências do orçamento de estado de dois mil e catorze em que o município de Lousada vai sofrer um corte de cerca de trezentos e quarenta e quatro mil euros. Não se vislumbra qualquer estratégia para a captação de investimento e criação de emprego. E ao mesmo tempo contempla uma redução de apoio social às famílias lousadenses. Vamos também assistir a uma diminuição do apoio do executivo camarário às Juntas de Freguesia, sendo estas, na minha opinião, importantíssimos parceiros para o desenvolvimento concelhio. A coligação “Lousada Viva” vai estar atenta e interventiva meus amigos, para os problemas de endividamento que algumas Juntas de Freguesia se debatem atualmente. E meus amigos, nesta quadra natalícia que se aproxima é de salientar a necessidade de dinamização do comércio tradicional, para colmatar o cada vez menos poder de compra da população lousadense. E permita-me aqui uma sugestão, sem querer interferir na gestão camarária, eu acho que uma das medidas importantíssimas neste ponto, seria por exemplo, isenção nesta altura natalícia do pagamento de estacionamento. Porque isto levaria a que as pessoas mesmo dos concelhos vizinhos viessem a Lousada comprar no comércio tradicional. Para terminar a coligação “Lousada Viva” prevê e tem consciência que vêm aí tempos muito complicados para o concelho de Lousada e nós também sabemos que perante a conjuntura económica atual, que exigiram de todos nós um grande espírito de entre ajuda, uma rigorosa e criteriosa gestão de recursos camarários, bem como, otimização dos recursos humanos da Câmara Municipal. E uma vez que somos um concelho de excelentes acessibilidades a criação de um plano plurianual de investimentos que venha a fomentar a criação de emprego. Este é o aspeto fundamental para cativar e fixar os jovens lousadenses no seu concelho. Meus amigos para terminar, o futuro de Lousada, o futuro deste concelho passa pelos jovens, pelo seu dinamismo, pela sua criatividade, pela sua irreverência e no meu ponto de vista esta é uma chave e uma visão estratégica que o município deve apostar.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu queria só deixar aqui duas ou três questões ao senhor presidente da Câmara relativamente ao orçamento e ao plano plurianual. Em primeiro lugar, relativamente à verba das transferências para as Juntas de Freguesia, efetivamente tendo em conta o quadro de delegação de competências que a lei permite, eu acho que esta verba é claramente insuficiente para efetivar essas competências por delegação. Eu queria perguntar ao senhor presidente se realmente vai fazer delegação de competências? Com esta verba nós as Juntas, ou então ficamos meio ano a limpar as bermas e valetas e o resto do meio ano não o faremos. Mas é importante que seja claro, gostava de saber como é que nós podemos cumprir efetivamente, digamos, aquilo que a lei também nos obriga, que é a lei dos compromissos, nós temos que saber com que é que contamos. Os protocolos têm de ser estabelecidos dentro deste princípio. Eu com estes valores acho, e pela experiência que tivemos em dois mil e doze, são claramente insuficientes para cumprimos aquilo que seria a delegação de competências efetiva. Queria saber qual a posição do senhor presidente relativamente a isso. Segunda questão, tem a ver com a União das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Eu reparei aqui no orçamento que existe uma verba inscrita para a recuperação do centro escolar em Nevogilde, o que é que acontece é que este centro escolar, por aquilo que eu sei, foi construído ainda há poucos anos, quatro ou cinco anos. Efetivamente já fiz chegar à Câmara Municipal que era necessária uma intervenção importante na escola da Boavista em Silvares e não vejo aqui no orçamento nenhuma consignação relativamente a este assunto. Sendo que é uma escola que já tem mais de dez anos, cerca de quinze anos e precisa de uma intervenção, inclusivamente para dar resposta àquilo que é solicitações da população. Também fico admirado com a inscrição em orçamento da ligação da estrada nacional duzentos e sete à estrada municipal seiscentos e cinco com uma inscrição de cinco mil euros e de vinte mil euros no ano seguinte. Eu gostava de saber se esses valores são significativos para concluir esta obra? E se ela com esses valores é de facto uma importância significativa para ser realizada.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: « A senhora Dr.^a Sandra, aqui com voz forte, realmente chamou à atenção da Câmara não conseguir suprir aquilo que o governo deixou de transferir para as autarquias. Sugeriu que utilizasse essa voz forte contra o governo por ter retirado à Câmara Municipal de Lousada os trezentos e quarenta e quatro mil euros. Senhor Dr. Filipe Barbosa não consegue ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estratégia neste orçamento? Os centro escolares não definem uma estratégia já deviam estar construídos no mandato anterior e não foram porque o governo reteve as verbas dos fundos comunitários e não permitiu que esses centros já estivessem construídos. Esses centros e tudo o resto definem uma estratégia, talvez a veja quando eles estiverem construídos, antes não consegue vislumbrar de imediato essa estratégia. A estratégia de apoiar a juventude que é o futuro do nosso concelho. Relativamente ao complexo desportivo. Não estão contra o complexo mas já estiveram e agora engoliram, mas tudo bem, ainda bem que mudaram de posição. Passaram todo o mandato anterior contra o complexo desportivo. Relativamente ao preço dos terrenos, por acaso eu fiz parte da comissão de negociação dos terrenos do complexo desportivo, e posso-lhe dizer que na ordem dos oitenta ou noventa por cento, eles foram negociados a cinco euros o metro quadrado. Portanto os valores que os senhores andaram para aí a falar inclusivamente o senhor presidente da Junta de Caíde de Rei, que com esses números falsos que andou a promover conseguiu, até na sua própria freguesia, que os terrenos para a possível zona industrial tivessem sido inflacionados, pela maneira mentirosa, desculpem a palavra mas não tenho outra maneira de a qualificar, como disse que os terrenos para o complexo teriam de facto custado. Há terrenos inclusivamente que foram negociados e o senhor presidente da Assembleia Municipal ou senhor presidente da Câmara poderão esclarecer melhor que nem sequer tiveram contrapartidas em dinheiro, que tiveram contrapartidas por exemplo na abertura de estradas no loteamento que eram obras que de qualquer modo a Câmara teria de as fazer. Portanto não tiveram custos adicionais para a construção do complexo desportivo.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Mais uma vez e tal como o meu colega de bancada, João Ferro, cumpre apreciar que de facto há uma alteração naquilo que é a análise do PSD e da coligação relativamente ao complexo desportivo. E não vale a pena dizer que não há, porque há, e ela é manifesta e está implícita e explícita naquilo que foram as últimas discussões que tivemos ao longo do último mandato relativamente a este tema. Muito bem, alteraram não são contra, nada a dizer. Relativamente às questões técnicas estou certo que alguém com competência para tanto e que conhece os números muito melhor do que eu dar-lhe-á a resposta devida. Ademais, deixe-me só lhe dizer uma coisa, o caro colega Filipe herdou a responsabilidade do Dr. Carlos Nunes e há uma coisa que nós nunca poderemos apontar ao Dr. Carlos Nunes e que se calhar vamos ter de a apontar a si. É que o Dr..



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Carlos Nunes antes de falar ia estudar os dossiers e o senhor sabe que essas informações, muitas delas que perguntou relativamente às contrapartidas dos terrenos e aos valores inscritos nos documentos previsionais são públicas. Faça o trabalho de casa. Mas digo-lhe mais a si e à sua bancada. Dr.^a Sandra sei que não acompanhou aquilo que foram os trabalhos do último mandato e de mandatos anteriores, a maior parte dos temas que aqui veio falar são recorrentes, já aqui foram discutidos múltiplas vezes, deixe-me só dizer-lhe uma coisa, utilizar aqui a expressão engenharia financeira é grave. Nós podemos falar de engenharia financeira no BPP no BPN no Banco Insular, falar de engenharia financeira nestes documentos previsionais é uma aberração, porque engenharia financeira significa que normalmente há crime por detrás. Não vá por esse caminho, estude os números e estude as afirmações e não se baseie nas afirmações dos seus colegas. E depois deixe-me dizer-lhe uma coisa, a senhora Dr.^a não chegou há bocadinho no voo das nove que veio de Marte. Porque é assim, as atividades de Natal para enriquecer, para fazer com que se expanda, para trazer pessoas ao centro da vila no Natal e em todas as épocas festivas têm vindo a ser realizadas. Eu estou errado? Eu sou o único que vê os concursos, vê as atividades que são feitas? Outra questão, estacionamento do Senhor dos Aflitos, estamos aqui a falar de dez, quinze lugares, vinte, é essa isenção que vai trazer pessoas dos concelhos em redor para virem cá consumir. Eu pensei que ia dizer que nós tínhamos de fazer o Parque do Senhor dos Aflitos para que eles viessem cá estacionassem e comprassem no comércio, estive quase a pensar que iria trazer novamente essa proposta da coligação “Lousada Viva”. Porque aquilo que eu ia dizer independentemente do senhor presidente da Mesa me chamar logo à atenção, ia falar do jardim da saudade, porque hoje em dia falar do estacionamento do senhor dos Aflitos ou falar do jardim da saudade é precisamente a mesma coisa e para um bom entendedor meia palavra basta. Sinceramente essa medida, se é uma medida sua, sinceramente acho que é descabida, se é uma propostas da coligação “Lousada Viva” retirar durante o mês de dezembro o pagamento de vinte lugares de estacionamento porque isso vai fazer com que as pessoas dos concelhos vizinhos venham todas cá fazer compras, isso não tem cabimento nenhum. E vou-lhe dizer mais porque isto foi discutido nos últimos mandatos e já aquando da aprovação do estacionamento ser pago. Em Lousada há muito estacionamento, eu não quero arriscar um número noventa e cinco, noventa e oito, quase cem por cento do estacionamento não é pago, não é por causa de meia dúzia de lugares aqui à porta do tribunal que isso vai aumentar o comércio local. Não são as atividades que têm vindo a ser feitas e que já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estão programadas. E depois para terminar, o Fausto disse uma coisa, tem toda a razão, tem toda a lógica mas aqui deste a resposta a ti próprio, que é: se os protocolos com a delegação de competências terão de ser celebrados, à medida que eles forem celebrados como é óbvio esta Câmara vai ter de aprovar alterações aos orçamentos para fazer adequação entre aquilo que são os protocolos estabelecidos e a delegação de competências que é feita e depois aquilo que é os documentos previsionais e alteração ao orçamento que terá de ser feita. Penso que o senhor presidente da Câmara esclarecerá melhor esta questão, muito melhor do que eu certamente e estou certo disto e penso que esta é a posição do grupo parlamentar do partido socialista. As freguesias são para ser valorizadas e nunca foram por nós desprezadas e como é óbvio aquilo que nós defendemos é que haja uma descentralização de competências, como é óbvio. E nessa mediada todos nós somos participantes.» -----

----- Intervenção do Sr. António Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Curioso que para apontarem rumo, senhor Ferro tenha referido o único ponto que tinha apontado como positivo. Eu na minha intervenção referi como positiva a construção dos centros escolares. O que eu disse é que além disso não se via mais nada. Mas também devemos salientar algo muito importante e que também já foi debatido aqui, é que, o melhoramento das condições dos centros escolares que se encontravam numa situação miserável, muitos deles, não representam uma estratégia, representam uma obrigação, é o mínimo que se pode fazer. Diante da situação em que se encontravam alguns dos centros escolares optar por não reformular por não reconstruir por não substituir era criminoso. E por isso nós, isso reconhecemos, era necessário que fossem construídos novos centros escolares. E isso que está a acontecer é positivo. Mas continuamos a reforçar e ninguém desmentiu isso, que para além disso, em termos de política de juventude e educação não conseguimos encontrar nada, estou à espera que me apontem exatamente onde é que isso estava. Depois, eu continuei sem perceber a questão do custo dos terrenos. Eu gostava de dizer que contrariamente àquilo que aqui muitas vezes veicularam, a coligação nunca foi contra o complexo desportivo, foi contra a dimensão do complexo desportivo. E é contra essa dimensão do complexo desportivo e por isso mesmo, que nós hoje fazemos esta questão: quanto custaram os terrenos e quanto é que custa a manutenção? Sim senhor deputado pode-me marcar falta de trabalho de casa, mas a verdade é que eu não tinha os dados para fazer o trabalho de casa e por isso os pedi aqui agora. Mas se é sua vontade, muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bem, o que nós queremos saber, o que nós queremos que nos forneçam são os documentos ou então nos digam o número final, o número redondo que diga os terrenos custaram tanto na totalidade e foram efetuadas tantas obras de contrapartidas que tiveram estes custos na aquisição dos terrenos para a construção do complexo desportivo. E depois que nos digam, com rigor, quanto custa a manutenção, incluindo os funcionários, se é verdade que lá andam e volto a dizer, se não andam desmintam-me, mas se andam quanto é que custa a manutenção do complexo desportivo incluindo os funcionários da Lousada Séc XXI que sendo uma empresa municipal não deixa de ser uma empresa cujo financiamento também parte da responsabilidade e da fiscalização de todos nós. As minhas perguntas são estas e eu não consegui encontrar nenhum tipo de resposta.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu realmente tenho que vir aqui só dizer duas palavras sobre o que foi dito. Eu acho que tive o cuidado de frisar, quando referi engenharia financeira, tive o cuidado de frisar que não queria entrar em melindrices e que ia dizer uma palavra, sem querer pôr em questão o que ela realmente pode significar senhor deputado. E depois parece-me, muito sinceramente que o senhor deputado esteve pouco atento às minhas palavras, eu vi que realmente estava um bocado a rir-se e um bocado a falar baixinho, foi das poucas pessoas por acaso que teve esse tipo de comportamento. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, eu não falei no estacionamento no Senhor dos Aflitos. Eu falei na questão dos estacionamentos serem isentos na altura natalícia para o concelho de Lousada. E vou-lhe dizer porquê, ou o senhor deputado não mora aqui no concelho de Lousada, ou está um pouco desatento, porque é do conhecimento do público em geral que os lojistas se queixam que desde que os estacionamentos foram feitos e são pagos, os lojistas queixam-se de ter muito menos gente nas suas lojas a comprar. Portanto eu estava apenas a sugerir que nesta altura natalícia era uma mais-valia para os lojistas e para o comércio lousadense.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente ao complexo desportivo mais uma vez e para acabar. O senhor não teve tempo para fazer o trabalho de casa, não vai querer que se lhe responda totalmente aqui nesta Assembleia. Mas já lhe dei uma ideia dos custos de oitenta, noventa por cento ou mais dos custos dos terrenos. É realmente um bocado perturbante, como na discussão de um ponto que é o orçamento, se faça uma discussão sem falar em números.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Apenas a senhora Dr.^a Sandra falou num número, aquele dinheiro que o Estado tirou ao concelho de Lousada, de resto não apoiaram as vossas afirmações em qualquer tipo de números. Nunca vi esse tipo de discussão sobre um orçamento. Terei que dizer como já disse aqui uma vez esta discussão, as vossas intervenções não passaram de blá, blá.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Realmente é como diz o senhor Ferro, falou-se aqui de tudo, menos de números e orçamento. Contrariamente ao que aqui foi dito este é um orçamento de rigor, transparente e assumidamente de verdade. Passo a explicar porquê. Se as despesas forem iguais às receitas, diz-se que o orçamento está equilibrado, é o que nos mostra este orçamento. Se as receitas forem superiores às despesas, diz-se que há superavit e se forem inferiores que há défice. Nós o que não queremos é que haja défice. Só no final do ano saberemos o que se passou, de uma coisa tenho a certeza, ao longo dos anos que estou aqui nesta Assembleia sempre houve saldo de gerência positivo e confirmado pelo revisor oficial de contas e constamos isso aqui quando votamos a contas no mês de abril do ano seguinte. Como sempre tem sido referido, há que chamar atenção para o facto de que devem ser analisadas separadamente as receitas e despesas correntes e de capital. As receitas correntes são calculadas nos termos legais pela média dos últimos vinte e quatro meses anteriores à sua elaboração, que em regra são inferiores às que efetivamente serão cobradas, é o caso do IMI senhores deputados. De salientar que a despesa corrente prevista para dois mil e catorze é de vinte milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove euros, representando uma diminuição de quatro por cento em relação às dotações corrigidas de dois mil e treze que totalizam vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quinhentos e trinta e oito euros. As despesas correntes refletem-se portanto, a contenção de gastos, restringindo-as ao essencial para o pleno funcionamento dos serviços. Igual rigor se verifica nas dotações com despesa com o pessoal, dez milhões, quinhentos sessenta mil, trezentos e quarenta e nove euros em dois mil e treze para nove milhões, setecentos e noventa e quatro mil, seiscentos e quinze euros em dois mil e catorze, cerca de menos sete por cento devido à continuação da política de limitação de novas contratações, o que deve ser salientado. De realçar que as transferências de orçamento de Estado para dois mil e catorze para o município diminuíram em cerca de trezentos e cinquenta mil euros e vai causar grandes constrangimentos. No que se refere à receita de capital é estimada tendo em conta diversos fatores de ordem previsional, designadamente, como bem disse o senhor deputado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Filipe a venda de terrenos na zona industrial de Lustosa, os contratos programa a celebrar com os diversos ministérios, o financiamento de obras a participar no âmbito do QREN, com candidaturas já aprovadas, designadamente a dos centros escolares. No que diz respeito ao plano plurianual de investimentos que totaliza onze milhões, quinhentos e cinquenta mil, duzentos e setenta e sete euros e setenta e cinco cêntimos há realmente um aumento substancial em relação ao ano corrente que totaliza cinco milhões, setecentos e dois mil e novecentos e cinquenta e três euros. Aqui está, é assim que se discute um orçamento. Não é vir para aqui falar Blá, blá, como diz o senhor Ferro.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Para referir uma coisa como é obvio o partido socialista votará a favor destes documentos previsionais para o ano de dois mil catorze porque os lousadenses sabem a quê que estes documentos se destinam. Aliás muito recentemente foi sufragado aquilo que são as propostas do partido socialista para o concelho e portanto só não vê nos documentos previsionais, aquele que é o rumo, aquele que é o destino que o partido socialista tem delineado para o concelho, quem realmente não quer ver. Por fim dizer apenas o seguinte, eu nunca fui conhecido por ser extremamente sisudo, uma coisa é certa, eu quando oiço, oiço com os ouvidos não oiço com os olhos.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Assembleia: «Eu permitia-me antes de passar a palavra ao senhor presidente da Câmara de também fazer uma abordagem que me parece importante, porque independentemente da circunstância de ser presidente da Assembleia Municipal também sou corresponsável por algumas das questões que aqui foram levantadas. Portanto também me cumpre a mim em particular neste fórum dar os esclarecimentos que me parecem pertinentes. Em relação à questão que o Dr. Filipe Barbosa levantou sobre o complexo desportivo. De facto ela é de todo pertinente, não está em causa isso. É aqui mesmo que as questões devem ser discutidas e devem ser clarificadas. E lembro que esta questão é uma questão recorrente ao longo de anos. Penso que já foi tudo dito sobre esta matéria, inclusive a tal comissão que o João Ferro referiu também sobre isto escalpelizou devidamente todas estas questões. Em relação aos montantes dos custos dos terrenos importa referir o seguinte: como disse o João e bem há uma parte substancial dos terrenos que foram negociados a muito baixo preço, aquele preço que ele referiu de cinco euros, grosso modo, outros foram dados já em troca de outras infraestruturas que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

efetivamente foram necessárias executar para aquele espaço. Nesse contexto importa aqui também salientar que houve dois casos em particular, que a Câmara decidiu em altura própria, apesar dos esforços que quer a Câmara, quer até os senhores vereadores na altura fizeram junto dos proprietários não foi possível resolver. E quero lembrar ao senhor deputado que a decisão da Câmara foi tomada por unanimidade, houve aqui um propósito unânime de avançar com a concretização de um propósito de expropriação por via litigiosa. Nesse contexto o processo andou os anos que andou, as verbas que referiu são fáticas, foram pagas em devido tempo. Lembro que nesta última verba que referiu a Câmara depois já do processo expropriativo ainda conseguiu com os proprietários envolver mais um conjunto significativo de terrenos que deram origem à ciclovia ou ecopista que conhece. O preço do terreno só para lhes referir porque aqui foi ventilado assim muito sibilinamente, os terrenos que a Câmara adquiriu em reserva agrícola para o cemitério da freguesia ali do senhor presidente foi superior ao valor que nós pagamos por metro quadrado nos terrenos do complexo desportivo, numa zona de construção e zona de edificabilidade. Só para que vejam como é que as coisas foram conduzidas. Digo-lhe também e isto é fácil de obter quais os terrenos que foram objeto de negociação por aqueles valores que referi, há de facto documentação abundante sobre isto, nunca houve nada a esconder aqui sobre estas matérias. Lembro-lhe que de facto em relação aos custos que o complexo tem, são custos diminutos, mas isso também não será difícil a Câmara fornecer-lhe esses elementos, porque independente de ter aqui algum ou outro funcionário que efetivamente são funcionários da “Séc XXI” e produzem trabalho no complexo desportivo. Não vejo aqui razão nenhuma para que não o façam, são funcionários municipais, acho que isto é uma gestão excelente dos recursos que temos. Para lhe dizer isto, até para satisfação nossa, sua também porque sei que ficará satisfeito, o responsável pela relva do estádio, ainda agora no verão quando o Marítimo fez aquele estágio, o presidente do Marítimo convidou-o para ir para a Madeira, entendeu o mérito, nos termos que o relvado estava a ser tratado e por aquilo que viu. É de facto um rapaz que trabalha na Séc XXI e produz ali também umas horas. Nós temos tentado ao longo destes anos e a Câmara tem tentado, rentabilizar um espaço tremendo que e eu penso que não direi mentira nenhuma e que será também grosso modo corroborado pela vossa bancada, se disser que a esmagadora maioria dos vossos amigos, dos vossos companheiros de partido dos municípios aqui da região e do norte seguramente gostariam de ter um espaço daqueles nos seus municípios. Referem-no muitas vezes de uma forma abundante, é para nós motivo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

regozijo quando o fazem, porque é um reconhecimento, não da Câmara, é do município de nós todos. Há muita gente, como sabe, ali a praticar desporto, no último ano, os números que foram conhecidos foram duzentas e sessenta mil pessoas que passaram ali naquele espaço. Isto diz bem da pertinência que tem este tipo de espaço, sobretudo nos dias em que temos os nossos jovens com grandes dificuldades, sem terem muitas vezes ocupações, e nós temos um espaço de excelência em que os podemos ocupar de uma forma adequada. Julgo que merece também a vossa clara anuência sobre aquilo que eu estou a dar nota. Em relação à outra questão aqui ouvida da Dr.^a Sandra, eu percebi as condições em que faz as afirmações que fez, não obstante é importante ter a noção exata de como é que vivemos nos dias de hoje. Esses trezentos e quarenta mil euros que são retiradas ao município das receitas provenientes do orçamento de Estado têm a ver com uma circunstância que é importante referi-la, o senhor ministro e o senhor secretário de Estado dizem claramente aos autarcas que há uma solução para resolver o problema, as autarquias só têm menos esta receita por uma razão muito simples, por não quererem aumentar as taxas de IMI e o IRS, se for esta a via estamos conversados. Isto não há engenharia financeira que nos valha. Eu julgo que isso vai ser público, ouvi estes dias num município, em que o autarca do município dizia tão-somente isto: eu tenho compromissos para este ano de dois mil e catorze, fáticos, que estão confirmados e que têm de ser plasmados no orçamento de sessenta milhões de euros e tenho uma receita de vinte e cinco milhões. Como é que se resolve isto? Para nós autarcas aqui do nosso município, temos o conforto, não estamos nessa situação, apesar das dificuldades todas que temos em fazer este orçamento por um lado, mas também é verdade que todos aqueles municípios que estão e vão recorrer, e são muitos, aos empréstimos do PAEL, tem a obrigação imperativa, está lá clara, de imporem nos seus municípios impostos nas taxas máximas, isto tem uma consequência tremenda sobre aqueles que estão nestas circunstâncias. E quando a gente olha à nossa volta e vê o esforço todo que os municípios aqui da região estão a fazer em termos de emprego e empregabilidade, em que há um plano que está claramente definido já há uns tempos a esta parte, vemos por exemplo municípios deste país que aqui a norte do país estão a ser incentivados e bem, por este governo, para fazerem precisamente um plano idêntico ao que os municípios do Sousa e Tâmega já fizeram. Esperemos que efetivamente este plano tenha a projeção económica para que de facto o emprego aqui na região, e no nosso caso creio poder dizê-lo, era o segundo município com menos taxa de desemprego na região, enquanto houve municípios aqui que investiram até imenso na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

empregabilidade e noutras. Mas hoje fico preocupado quando olho para os indicadores do Eurostar e vemos que a taxa de desemprego jovem neste momento subiu de uma forma vertiginosa. Não podemos pedir aos nossos municípios à Câmara de Lousada apesar do esforço que fazem tremendo para resolver este problema, que com um passe de mágica o resolvam. Isso é que não é possível fazer, por muita boa vontade, por muita imaginação que tivermos do discurso, seguramente isto não é suportável.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa e começando pelas afirmações que fez no sentido de que estes documentos previsionais não demonstrarem rasgo nem estratégia de desenvolvimento. Queria só lembrar que para além de não corresponder à verdade é contraditório com as afirmações que fez, porque reconheceu que em termos da educação há de facto um investimento avultado. Não compreendo sinceramente como é que diz que relativamente aos centros escolares isso não é estratégia é obrigação. Enfim demonstra bem a cegueira da abordagem que por vezes vocês fazem dos assuntos, tudo aquilo que de bom nós fazemos é uma obrigação nossa, tudo aquilo que acham que devíamos fazer e porventura não fazemos são erros de estratégia, enfim. O que eu posso dizer é que de facto este orçamento e plano plurianual foi feito em circunstâncias muito difíceis, pelas razões que eu aqui já evidenciei. De facto há uma redução das transferências do Estado, há a necessidade de aumentar os apoios sociais, não é verdade aquilo que foi aqui referenciado pela Dr.^a Sandra Silva, no sentido de que há aqui cortes, não há, há um ligeiro aumento na dotação respetiva para os apoios sociais. Relativamente às Juntas de Freguesia. É verdade que a verba que está aqui é inferior à de dois mil e treze mas eu já assumi esse compromisso de que com o saldo de gerência será reforçada para que se garanta o mesmo nível de transferências que fizemos em dois mil e treze. O que é um esforço muito grande. E portanto este orçamento é de facto muito ambicioso ao nível dos investimentos, estamos a falar de um conjunto significativo de obra que excede os dez milhões de euros nos sete centros escolares e nós vamos ter que executar estes investimentos sem a possibilidade de recorrer a empréstimos, conforme se justificaria. O que é incongruente uma vez que temos uma capacidade de endividamento de cinquenta e seis vírgula cinco por cento mas simplesmente há uma regra completamente absurda que tem sido mantida nos sucessivos orçamentos de Estado, que não permite aos municípios recorrer a empréstimos se isso determinar um aumento do endividamento líquido, tendo por referência a data de setembro de dois mil e dez. Acontece que em setembro de dois mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e dez, o nosso endividamento líquido não tinha expressão, era praticamente zero, e por isso acabamos por ser penalizados por regra completamente absurda. E portanto para concretizarmos estes sete centros escolares que vocês dizem que é uma obrigação, não é estratégia, para garantir a participação nacional, vamos ter de usar recursos próprios e naturalmente quando assim é, depois sobra muito pouco para tudo o resto que gostaríamos de concretizar. Lembro também aqui duas candidaturas muito importantes e que também demonstram uma estratégia deste executivo, uma estratégia importante de redução de custos de despesa corrente e estou a falar de duas candidaturas para a eficiência energética. Uma para as piscinas municipais, um tema também já abordado muitas vezes nesta Assembleia e nas reuniões de Câmara, agora foi possível obter a aprovação dessa candidatura e portanto vamos ter também que concretizar esse investimento que vai ter repercussões positivas em termos de redução da despesa corrente, e uma outra também de eficiência energética para iluminação pública. E por isso ao nível da despesa de capital este orçamento é muito ambicioso e de facto demonstra, contrariamente aquilo que dizem, muito rasgo. Quanto à questão dos senhores presidentes de Junta não terem sido ouvidos. Queria também dizer e compreenderão certamente isso que ouve muito pouco tempo para elaborar este orçamento porque a tomada de posse foi retardada em função das eleições de Caíde de Rei como sabem e portanto houve aqui muito pouco tempo para nós prepararmos estes documentos e hoje estarmos aqui a aprová-los. Não houve aqui nenhuma atitude de virar as costas aos senhores presidentes de Junta, aliás eu tenho dito isso repetidamente e volto a afirmá-lo que essa consulta, essa interação e essa troca de opiniões deve ser constante e não só na altura da elaboração dos documentos previsionais. Poderão contar com essa minha abertura para vos ouvir o que não quer dizer que será naturalmente para satisfazer tudo aquilo que são as vossas pretensões mas temos que fazer aquilo que for possível. Depois relativamente aos terrenos da zona industrial referido aqui pelo Dr. Filipe Barbosa. É evidente que nós vamos ter que ser muito cautelosos em termos daquilo que é a execução da receita, temos a noção de que não é fácil nem é muito previsível que se consiga arrecadar muita receita na venda, teremos que ter aqui muito cuidado do lado da despesa porque do lado da receita haverá aqui dificuldade de concretizar algumas previsões que aqui estão. Outra delas é a questão do IMI estão aqui os duzentos mil por uma razão muito simples porque têm que estar, é uma determinação legal já aqui foi referenciado, há regras para as previsões de algumas receitas, nós sabemos que não vamos ter mais duzentos mil euros de IMI, antes tivéssemos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Depois relativamente à questão do complexo desportivo e da expropriação. O senhor presidente da Assembleia Municipal já aqui deu nota daquilo que se passa. Eu poderia apenas acrescentar que este valor tem que ver com uma interpretação que eu considero errada, do tribunal, porque considerou que aqueles terrenos, contrariamente aquilo que nós sempre defendemos, aqueles terrenos tem aptidão construtiva. E nós sempre dissemos o contrário, se eles têm aptidão construtiva foi porque a Câmara decidiu concretizar naquele local o complexo desportivo e porque decidiu também concretizar um conjunto significativo de infraestruturas, porque antes disso aquilo não passavam de bouças, como certamente saberão. Infelizmente neste país as expropriações são autênticos totolotos e foi o que se passou aqui. Nós neste momento estamos a estudar uma possibilidade de reagir por outra via para ver se conseguimos ser ressarcidos de alguns custos que consideramos terem sido exagerados. E posso adiantar que esta nossa tese venceu já noutra situação em que à partida teríamos menos razão, que é o caso do loteamento industrial de Lustosa, nós já pagamos aquilo que achamos que será o valor justo daqueles terrenos, na altura foi fixado em primeira instância, houve um recurso no sentido de que o valor da indemnização deveria ser determinado também em função desse critério de solo aptos para construção e o caso seguiu até ao Supremo que devolveu o processo ao tribunal de primeira instância. Eu recebi isso acerca de uma semana, para que o tribunal volte a avaliar os terrenos como solo apto para outros fins. Portanto aqui se vê enfim a lotaria que é uma expropriação. Quanto à questão da manutenção do complexo desportivo. Naturalmente que não há problema nenhum quanto a isso, nós damos esses dados, mas para se fazer uma análise séria nós não podemos ver apenas o lado dos custos, nós temos também que ver o lado da receita, porque o complexo desportivo gera receita e temos que ver também e avaliar as externalidades positivas. Saberão certamente a quantidade de utilizadores que já aqui foi referenciada, que passam ali por aquele complexo, saberão também enfim a satisfação que nós damos às coletividades que usam aquele complexo, a todos os seus praticantes e também porque não dizê-lo e com algum orgulho aquilo que as pessoas de fora dizem do complexo. E eu julgo que nós temos, cada vez mais de explorar essa vertente económica e temos dados e exemplos recentes, concretos que ele pode ser melhor aproveitado, como foi aqui referenciado o estágio do Marítimo que foi de facto um sucesso. Relativamente à intervenção da Dr.^a Sandra Silva. Eu julgo que já respondi no essencial queria só sublinhar, certamente não usamos dessa metodologia de engenharia financeira, queria dizer-lhe que Lousada, se há matéria em que de facto pede messas a quem quer que seja é neste âmbito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

das contas públicas. Todos os anos é publicado, por uma entidade insuspeita, que é a ordem dos técnicos oficiais de contas, que publica o anuário financeiro dos municípios portugueses e Lousada aparece sempre muito bem colocada e em alguns rácios aparece entre os dez melhores. Nesta matéria financeira não temos nada que nos envergonhe antes pelo contrário. E para terminar, relativamente à intervenção do senhor presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. Julgo que também já respondi no essencial, a questão das verbas insuficientes, há esse compromisso de as reforçar, depois referenciou também aqui uma rubrica insuficiente para uma obra da ligação da duzentos e sete com a seiscentos e cinco de cinco mil euros, isto é na perspetiva de haver a possibilidade de reforçar a verba e portanto já dispensa depois de se fazer uma revisão e do assunto vir aqui à Assembleia. Se houver condições bastará haver esse reforço no âmbito da reunião de Câmara, portanto por vezes deixamos estas rubricas com estes valores diminutos só por essa razão. Depois para concluir e de uma forma muito genérica queria dizer que de facto há aqui uma continua preocupação de reduzir as despesas correntes, como já disse, e relativamente ao ano passado há uma redução de quatro por cento e não posso deixar de referenciar que no ano passado já houve uma redução de sete por cento. Há também uma diminuição das despesas com pessoal, na ordem dos sete por cento, há como disse um aumento substancial das despesas de capital no investimento sobretudo das referidas candidaturas. Depois o que não foi aqui referenciado, se calhar dirão que é uma obrigação também nossa uma vez que tem algum mérito, que é o facto de mantermos aqui o mesmo nível de despesa prevista para apoiar as Associações e eu não vi ninguém a referenciar isso aqui. Queria também dizer que relativamente às amortizações está previsto e isto se como tudo indica não conseguirmos a aprovação de qualquer empréstimo para dois mil e catorze haverá uma redução da dívida bancária em cerca de um virgula três milhões de euros, perdão até ao final deste ano e se não houver empréstimos no próximo ano haverá mais uma redução de um virgula um milhões de euros. Depois o endividamento líquido terá uma redução de cerca de dois milhões até ao final deste ano, o prazo médio de pagamento, Lousada continua a não constar da lista publicada pela DGAL, referente aos municípios com prazos médios de pagamentos superiores a noventa dias, não temos pagamentos em atraso, aliás continuamos a pagar a sessenta dias. Portanto se isto não é ter estratégia sinceramente não sei o que é. Eu julgo que o grande desafio que todos os municípios e todas as autarquias tem neste momento é conseguirem garantir o mesmo nível de satisfação que conseguiram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

garantir até agora. Porque de facto as dificuldades são cada vez maiores, os recursos são cada vez mais escassos e as necessidades básicas para atender infelizmente estão em crescimento. É evidente que esta matéria que aqui foi referenciada do investimento e do emprego nos preocupa, mas não vi ninguém aqui a falar em medidas concretas, certamente que não será a fazer zonas industriais, porque infelizmente temos exemplos aqui bem perto de que isso não resulta. Certamente que nós temos a nossa estratégia e vamos pô-la em prática mas isso não tem certamente que constar aqui nos documentos previsionais.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2014, Orçamento da Despesa, Receita e Plano Plurianual de Investimento, nos termos da alínea a), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta numero três que foi aprovada por dezoito votos a favor e dezoito abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Nunes Dias Teixeira, presidente das Freguesias de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), José Oliveira Nunes presidente das Freguesias de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- SEXTO PONTO - Aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014 -----

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Tenho para mim e sempre tive que a política deve ser feita com determinação, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

elevação e deve acima de tudo ser feita sempre com o fim último de servir os cidadãos e aqueles que nos elegeram e aqueles que no dia-a-dia nos devem exigir uma boa conduta. E julgo aqui, não estar errado, quando penso que todos nós, cá dentro, estamos imbuídos deste mesmo espírito. Mas julgo também que mais do que isto deve existir sempre uma clarividência prática entre aquilo que deve ser a correlação dos documentos previsionados, dos documentos pela Câmara prestados, dos documentos que são a previsão daquilo que será o próximo ano, e aquilo que é a realidade da exequibilidade prática dos mesmos. Ora, tendo em conta que hoje cerca de cinquenta por cento do orçamento municipal prevê como despesas correntes do município, despesas com funcionários, e diga-se excelentes técnicos, um excelente padrão de recursos humanos e que tanto têm feito por este município, aliás como o próprio senhor presidente de Câmara o diz e muito bem, na minha opinião, evitando precisamente que a Câmara Municipal recorra a serviços de *outsourcing*. Tendo em conta também a difícil conjuntura política e económica que o país atravessa e a imposição legal que hoje vivemos no congelamento e admissões de funcionários para os quadros públicos e tendo também em conta aquilo que o senhor presidente de Câmara referiu e disse em reunião de Câmara: “ que muito provavelmente, a título de exemplo do que sucedeu em dois mil e treze, estas não passaram mesmo de uma previsão”. Eu pergunto senhor presidente de Câmara se esta não será uma proposta falaciosa e se esta, senhor presidente de Câmara, não será claramente uma proposta de gestão de expectativas geradas em campanha eleitoral.» -----

----- Intervenção do Sr. João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente às vossas afirmações agora aqui e também na reunião da Câmara sobre o peso da despesa com o pessoal nas despesas correntes, só há duas maneiras de o diminuir: a primeira aumentando a receita, a segunda diminuindo a despesa com o pessoal. E dentro desta opção da diminuição da despesa também só há duas opções, ou diminuindo os salários dos funcionários municipais o que a Câmara não poderá fazer ou despedir funcionários. Qual destas soluções a coligação “Lousada Viva” PSD-CDS preconiza e em que medida com que números? Espero que os indiquem na segunda volta. Também falam da otimização, será que otimização dos recursos humanos terá para a coligação Lousada Viva o mesmo significado ou significado idêntico à “requalificação” que o governo quer impor aos funcionários públicos? Também espero que respondam a estas perguntas na segunda volta.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram zero horas e quarenta e oito minutos quando se ausentou definitivamente o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente das Freguesias de Nespereira e Casais -----

----- Intervenção do Sr. Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu quero apenas aqui esclarecer um lapso de entendimento. Senhor deputado aquilo que eu disse concretamente foi tão-somente o seguinte: nós não somos contra nem a favor de qualquer tipo de espécie de alteração remuneratória dos funcionários existentes. O que nós dissemos e sublinhamos e reiteramos é o seguinte: estamos todos de acordo que a Câmara Municipal de Lousada, favorece hoje de um excelente padrão de recursos humanos, excelente padrão esse que tem levado o município em termos daquilo que é a gestão e todos nós partilhamos a bons resultados. Aquilo que nós coligação “Lousada Viva” entendemos e dissemos foi que no nosso entender e devido e face aquilo que é o peso da despesa corrente que estes funcionários já simbolizam e não estou aqui a dizer que simbolizam e representam mal, estou apenas a dizer aquilo que todos sabemos, representam cinquenta por cento das despesas correntes do município, entendemos nós coligação “Lousada Viva” que há uma desnecessidade. Portanto não é justificável que se possa e que se preveja a contratação de mais pessoal. Muito mais e para além disso atendendo às especiais necessidades que o país vive e atendendo aquilo que é a imposição legal que nós sabemos que existe e que congela a admissão dessas mesmas pessoas. E portanto aquilo que nós dissemos em suma e em síntese é que não vale a pena fazermos uma proposta destas, plasmarmos isto naquilo que são os documentos oficiais do município, quando todos nós sabemos a exequibilidade prática de mesma é zero. É impossível, não vamos estar aqui a manter esperança a gerar expetativas ou então a traduzir aquilo que foi prometido em campanha eleitoral talvez, quando sabemos nós que não é possível e não é verdade.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Criar expetativas, bem! Durante a Campanha eleitoral! Houve muito coração destruído aqui há uns tempos. O senhor deputado sabe disso. Apenas para dizer o seguinte, senhor deputado documentos previsionais são documentos previsionais. Como nós sabemos senhor deputado infelizmente para nós, muito provavelmente esta verba que foi inscrita nem chegará a cumprir-se e eu vou-lhe dizer porquê. Aliás o mapa de pessoal não vai cumprir-se porquê? Em primeiro lugar porque nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sabemos que o ministério das finanças está a mandar tudo para trás, sejam novos projetos, os municípios sejam empreendedores ou não, tudo para trás. E em segundo lugar o senhor deputado que é deputado da nação esqueceu-se de dizer aqui uma coisa que é muito importante dizer isso às pessoas que o elegeram, é que ontem foi publicada no Diário da República a lei número oitenta barra dois mil e treze, que o senhor deputado votou favoravelmente na Assembleia da República, tanto quanto consta da ata da sessão, e que mais não é que o diploma da requalificação. Como é óbvio sabe senhor deputado isso também vai ter reflexos aqui na Câmara de Lousada, não obstante aquilo que aqui disse e que todos nós sabemos, ela ser composta por pessoas que são técnicos excepcionais na grande maioria dos casos. E a verdade é que infelizmente este diploma que também se aplica às autarquias locais por imposição do seu governo vai ter reflexos naquilo que é o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lousada. E o senhor deputado esquece é de vir aqui dizer que também é responsável por aquela lei que ali está e que vai mandar as pessoas daqui a dois anos, engrossar as fileiras do desemprego, e que essas pessoas vão passar a ter uma remuneração de sessenta por cento no primeiro ano e de quarenta no segundo. Esqueceu-se de dizer isso para todos os empregados da Câmara Municipal. E esqueceu-se de dizer que os técnicos profissionais que o senhor está aqui a dizer, daqui a dois anos não vão estar no mapa de pessoal. Os senhores, porque eu não tenho memória curta, os senhores durante os últimos anos e últimos mandatos falaram aqui sucessivas vezes que a Câmara Municipal de Lousada tinha um excedente de pessoal, aquilo que eu vou querer ver, senhor deputado e coligação “Lousada Viva”, vai ser os senhores, dentro daquele diploma que o senhor deputado aprovou e que os seus congéneres certamente aceitam, é o senhor indicar os nomes daqueles que vão para a requalificação da Câmara Municipal de Lousada, estes técnicos excelentes que vocês vêm aqui gabar ao púlpito, vão ter de ser movidos por imposição governamental para um banco qualquer e ficarem lá encostados, vão ser demitidos ao fim de dois anos. E portanto é demagógico vir aqui dizer isso e o senhor deputado sabe também quanto eu que o mapa previsional de pessoal não significa que sejam todos admitidos mas também sabe muito bem que eles não vão ser admitidos e não é por culpa da Câmara e não é por a Câmara não ter capacidade para lhes pagar. E que isso está a gerar na maior parte dos municípios e na maior parte dos serviços do Estado graves dificuldades senhor deputado, nem vou falar das Câmaras municipais, vou falar de tribunais que estão parados, serviços de finanças que estão parados. O seu governo é que está a fazer isto, o senhor em Lisboa é que está a fazer isto, não somos nós aqui.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Portanto como veem a gestão financeira e económica da Câmara está no bom caminho.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Queria dizer que de facto conforme disse na reunião de Câmara, infelizmente, muito provavelmente não passarão apenas de previsões porque tenho noção do quadro legal completamente castrador que temos. Não obstante ainda que assim fosse isso iria determinar uma redução conforme referi há pouco da despesa com pessoal. E queria também dizer que estes lugares que prevemos são essencialmente, esmagadoramente para substituições de lugares que entretanto ficaram vagos porque entretanto há funcionários que foram aposentados e não tem havido essa possibilidade de os substituir. E estamos a falar por exemplo dos operários, a situação começa a ser preocupante, começamos a ter falta de calceteiros, jardineiros. E temos conseguido resolver o problema, remediando, recorrendo ao centro de emprego, fazendo os programas ocupacionais mas essa não é a solução ou pelo menos julgo que a legislação devia permitir que se pudesse aproveitar as qualidades dessas pessoas que passam nesses programas. Aliás, na esmagadora maioria dos casos, pessoas muito competentes, pessoas que valorizam o trabalho e que viram na dificuldade do desemprego e que muito jeito nos daria poder ficar com eles, seria muito útil para o município e certamente também para diminuir este flagelo que é o desemprego. Mas como alguém disse aqui parece que este governo quer que o país pare e por isso nós sentimos que estamos cada vez mais de mãos atadas. Depois conforme aqui foi muito bem dito pelo senhor Ferro, eu também noto aqui uma evolução em alguns aspetos nessa do número de funcionários e também no facto de agora reconhecerem que os funcionários da Câmara são excelentes, de facto não foi isso que aqui foi dito há uns tempos atrás, quando alguém dizia que os funcionários da Câmara não eram recrutados pela sua competência. Se estão arrependidos de terem dito isso o certo é que já foi dito e ficou registado. E por isso queria dizer aqui ao Simão Ribeiro que relativamente à gestão de expetativas geradas em campanha eleitoral, certamente enganou-se no destinatário, eu diria que se calhar aplica-se aqui aquele adágio popular de “olha para aquilo que eu digo não olhes para o que eu faço”. Acho que também é importante aquela ideia que o senhor Ferro aqui referenciou, é que, a Câmara de Lousada tem uma forte tradição de executar um conjunto muito significativo de obras por administração direta. E essas obras se porventura não fossem executadas por administração direta naturalmente que teríamos menos funcionários e teríamos mais empreitadas, e aí essa despesa já não seria despesa corrente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seria despesa de capital, seria investimento. E para nós fazermos uma análise séria temos que ter noção de que há uma fatia muito representativa de investimento municipal que é feito por administração direta, aproveitando os recursos humanos que Lousada tem e com isso temos conseguido uma gestão que nós consideramos eficiente e que queremos e julgamos que é o caminho mais acertado para no futuro conseguir fazer, já não digo mais, mas pelo menos fazer o mesmo com cada vez menos.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do Mapa de Pessoal para o ano de 2014, conforme estabelece o nº 3 do art.º 5º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro adaptado pela alínea a) do nº 2 do art.º 3º do Decreto - Lei nº 209/09 de 03 de setembro, conjugado com a alínea o), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 setembro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por dezoito votos a favor e quinze contra, dos seguintes membros: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Nunes Dias Teixeira, presidente das Freguesias de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- Com declaração de voto do senhor Cristóvão Simão Ribeiro do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: “Voto contra este diploma e este ponto, mais uma vez e salientando aquilo que há pouco disse, a correlação existente entre a previsão e aquilo que será ou não a exequibilidade da prática ou até mesmo a previsão disso mesmo. Voto contra porque esta proposta de quadro não passa de uma tentativa da Câmara Municipal justificar as expetativas geradas em campanha, atirando agora responsabilidade do seu não cumprimento para o Estado e para o governo central da nação. Voto contra porque nunca dissemos que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

funcionários da Câmara Municipal e os seus técnicos eram mal preparados, aliás pelo contrário, sempre dissemos que tal era o grau de qualificação e de qualidade de tais quadros que era de evitar e sempre fomos contra a contratação de serviços fora da Câmara Municipal porque tínhamos quadros à altura de prestar aquilo que o município necessitava. E para terminar, dizer que votamos contra e estamos totalmente contra o argumentário aqui exibido, porque não foi nenhum dos partidos que correspondem e compõem a coligação “Lousada Viva” e a coligação eleitoral que governa o país que em dois mil e onze viu-se forçado, porque não havia dinheiro para pagar pensões, salários, a pedir empréstimos a taxas de juro danosas a mais de sete por cento porque o país estava em banca rota. Não foi o PSD nem o CDS.PP que levou Portugal a este estado de coisas. É assim esta coligação de partidos que tem a imperiosa e a patriótica missão de endireitar os factos, que são factos, estão escritos e documentados. -----

----- Do senhor João Correia do Grupo Municipal do partido socialista: “ Como é óbvio votei favoravelmente porque não posso deixar de considerar que este mapa de pessoal que é proposto que é previsional não se enquadra em expetativas nenhuma legítimas de quem quer que seja, não houve aproveitamentos políticos em campanha de qualquer índole a não ser por parte de pessoas que estavam desesperadas. E portanto este mapa previsional, não obstante poder vir a contar com a oposição do governo central não significa que a Câmara não tenha legítimas aspirações a poder complementar os quadros de pessoal que estão em falta e portanto não poderão deixar de ser apresentados aqui nesta Assembleia.” -----

----- E do senhor João Amadeu Ferro do Grupo Municipal do partido socialista: «Declaração de voto da coligação PSD.CDS, reunião da Câmara Municipal de Lousada de cinco, do doze, de dois mil e onze: “ A Câmara Municipal de Lousada tem nos seus quadros técnicos qualificados, contratou assessores e avançados mas mesmo assim prefere de forma exagerada contratar serviços a outros técnicos fora da autarquia, isto é sinónimo de que o município, não tem contratado técnicos e assessores pela sua capacidade técnica”. Intervenção da senhora Dr.^a Branca de Sousa, Assembleia Municipal de dezoito, de dezembro de dois mil e nove: “ Das referidas declarações do senhor presidente não existem dúvidas que uma das medidas para satisfazer as expetativas dos cidadãos lousadenses é aumentar o quadro de pessoal do município de novecentos para mil e setenta e oito funcionários, onde não estão incluídos os funcionários da empresa municipal “Lousada Séc. XXI”, os contratados pelo centro de emprego, avançados, estagiários, chefes de gabinete, assessores, entre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

outros que igualmente prestam serviço ao município ou seja funcionários”. Com este pensamento estaríamos muito facilmente nos cinco ou dez mil. Declaração de voto da senhora Dr.^a Cláudia Lousada: “ Segundo porque no mapa de pessoal de dois mil e nove tínhamos novecentos e doze funcionários neste mapa de pessoal temos mil e setenta e oito”. Intervenção do senhor Dr. Jorge Neto Assembleia Municipal de dez, do doze, de dois mil e dez: “ Eu fiz as contas no caso concreto de Lousada e cheguei à conclusão de que os funcionários da autarquia de Lousada, cerca de mil ou mais de mil.” Portanto as declarações que eu fiz são verdadeiras e os senhores sempre mentiram sobre isto. E por isto mesmo vou votar a favor desta proposta. -----

----- Não participaram na votação os seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto e Ana Sofia Martins Bessa -----

----- SÉTIMO PONTO – Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais- alteração do quadro 22.-----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da alteração do quadro 22 - taxas devidas pela prestação de serviços diversos do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, acrescentando o nº 28 – licenciamento zero, nos termos da alínea g), do nº 1 do art.º 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: António Filipe Cardoso Barbosa -----

----- OITAVO PONTO - Autorização para a realização de obras ou reparações por administração direta, até ao valor de 997.595.79€ -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Apenas para dizer que o partido socialista votará favoravelmente, uma vez que continuamos a acreditar e estamos certos disso, que a realização de obras por administração direta é muito mais vantajosa do que a contratação por outras vias.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- De seguida passou-se à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, autorização para realizar obras ou reparações por administração direta, até ao valor de novecentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e cinco euros e setenta e nove cêntimos, conforme dispõe o nº 2 do art.º 18º, conjugado com o art.º 4º todos do Decreto-Lei nº 197/99 de 8 de Junho” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- NONO PONTO - Autorização para atribuição de despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau para o ano de 2014 -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de atribuição das despesas de representação aos dirigentes intermédios de 1º e 2º grau para o ano de 2014, nos termos do nº 1 e 2 do art.º 24 da lei 49/2012 de 29 de Agosto” -----

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- DÉCIMO PONTO - Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas E.M. - Aprovação da designação do fiscal único e respetiva remuneração -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação da proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da proposta de designação do fiscal único e respetiva retribuição mensal, conforme estabelece o nº 2 do artº 20º e 22º dos Estatutos da Lousada XXI, E.M. conjugado com o nº 3 do art.º 26º da Lei nº 50/2012 de 31/08” -----

----- A proposta número sete foi aprovada por dezoito votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

António Filipe Cardoso Barbosa, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Nunes Dias Teixeira, presidente das Freguesias de Figueiras e Covas, Armando da Costa Silva presidente das Freguesias de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente das Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga.-----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal para: a) Conselho Municipal de Educação; b) Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios; c) Conselho Cinegético Municipal; d) Associação Nacional de Municípios Portugueses; e) Assembleia Distrital do Porto; f) Representante no Conselho de Comunidade do ACES Tâmega III; g) Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens, Lei nº 147/99 de 01/09. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, da proposta número dez do seguinte teor: “Os membros com assento na Assembleia Municipal de Lousada propõem para representante: a) Conselho Municipal de Educação: Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia Cristelos, Boim e Ordem; b) Comissão Municipal de defesa da Floresta contra incêndios, Armando da Costa Silva, presidente da Junta de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão); c) Conselho Cinegético Municipal, António Fernando Morais da Silva presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém; e) Assembleia Distrital do Porto, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Macieira (efetivo) e José Oliveira Nunes, presidente da Junta de Nespereira e Casais (suplente); f) Representante no Conselho da Comunidade do ACES Tâmega III, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva; g) Comissão alargada de Proteção de Crianças e Jovens: Mário Sérgio Teixeira da Cunha (efetivo), Cidália de Lurdes Pereira Neto (efetivo), Elisa Maria Ferreira cardoso Rosa Mesquita (efetivo), João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho (efetivo), António Esteves (suplente), Sónia Cristina Lourenço Ribeiro (suplente), Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro (suplente) e Manuel Campos Sousa Neto (suplente). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- Para o representante: d) Associação Nacional de Municípios Portugueses -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, passou-se de seguida à votação, por escrutínio secreto, da proposta A seguinte teor: “ O grupo municipal do Partido Socialista propõe para representar esta Assembleia na Associação Nacional de Municípios Portugueses, Eduardo António Sousa e Castro Taveira (efetivo) e Adrião Paulo Sousa Mendes (suplente) ” -----

----- E da proposta B do seguinte teor: “ A coligação “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP propõe para representante na Associação Nacional de Municípios Portugueses, Fausto Oliveira (efetivo) e Alberto Sousa (suplente) ” -----

----- A proposta A foi aprovada por 18 votos a favor, 1 branco e 16 votos contra. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro:-----

----- Carlos Pedro Teixeira Moreira Presidente da Junta de Freguesia de Meinedo. -----

----- Era uma hora e cinquenta minutos quando foi dada por encerrada a sessão. -----

A MESA
